

EX-CHEFE DA REPRESSÃO CONFIRMA TORTURADORES



GONCALO

Nelson Sarmiento, ex-chefe do CENIMAR em Minas Gerais, o nº 218 no listão dos 233 torturadores denunciados por presos políticos, se defende agora da acusação e fala com exclusividade a EM TEMPO o que sabe sobre a atuação do CENIMAR, SNI, DOPS e CIA. Págs. 6/7.



Sarmiento: "O que me torturou foi meu nome ter sido lançado juntamente com aqueles elementos (na relação dos 233). E talvez eu seja o único de toda aquela relação, mas que haja outros, mas que eu saiba não, de fazer condições de pedir de retificação da notícia".



Anizio Batista, presidente da Chapa 3, Oposição Sindical, pouco depois da anulação das eleições no sindicato metalúrgico.

A oposição sindical consegue uma vitória: anular as eleições.

Começou a queda do pelego Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, há treze anos. Fraude, delação, intimidação, ameaças e até espancamentos foram os métodos usados por ele para derrotar a Oposição Sindical. Mas a eleição foi finalmente anulada pelo procurador do Ministério do Trabalho. Págs 4 e 5

Igreja e partidos populares

Pág. 8

GREVE: a receita para obter aumentos.

Conquistando a solidariedade dos funcionários dos hospitais, que também ganham baixos salários, os 11 mil médicos residentes do país continuam na sua travessia de fazer valer seus direitos trabalhistas. Pág.3

SBPC vai destampar as panelas

Pág. 3



ROBERTO CERQUEIRA

Cercando os pelegos

Mais uma diretoria vai passar por maus pedaços na semana que vem. Desta vez são as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, no interior de S. Paulo, com dezito mil associados.

Animados com o apoio que têm conseguido na campanha, os membros da Chapa 2 dizem que vão se valer da experiência das outras oposições sindicais.

2 de julho na Bahia



O desfile oficial realizado pelas autoridades baianas em comemoração à passagem do Dois de Julho...

A participação do MDB no desfile, foi precedida no dia anterior da invasão do seu atelier...

Apesar do Secretário de Segurança Pública, coronel Luiz Artur, ter afirmado que

É greve, "che"

Os 600 funcionários da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (COOPFER), em Santa Maria (RS)...

A comissão dessa primeira greve feita em Santa Maria desde 1964 foi "convidada" a comparecer à Polícia Federal para "prestar esclarecimentos sobre o movimento"

Alem disso, as greves que vem estourando na região de Campinas parecem ter ajudado a oposição.

Do lado de lá, algumas empresas chegaram a proibir que a Oposição distribuisse sua propaganda...

2 de julho na Bahia



não tinha recebido nenhuma orientação para fiscalizar os dizeres das faixas do MDB...

Não se sujeitando à ordem recebida, os membros do MDB, tendo a frente...

O mesmo não ocorreu entretanto com a comitiva oficial, apesar de ter a frente o Governador Roberto Santos...

É greve, "che"

sacção já se estendeu às outras sedes da COOPFER, estando agora também em greve os ferroviários de Cruz Alta...

Como esperado, a paralisação já se estendeu às outras sedes da COOPFER...

Diaféria e as ariranhas

O jornalista Lourenço Diaféria, incurso no artigo 219 do Código de Processo Militar, em virtude da crônica escrita no Jornal "Folha de São Paulo"...

2 de julho na Bahia



Foi marcada para o dia 03 de agosto, as 14 horas, a segunda audiência. Ocasão em que serão ouvidas as testemunhas de defesa...

A censura a textos dramáticos tem, teoricamente duas etapas: a de texto, realizada em Brasília...

Existem três tipos básicos de doadores de sangue: voluntários, correntistas e os gratificados...

Penal Militar, fosse processado e julgado. No interrogatório, que durou cerca de duas horas, Lourenço Diaféria negou a acusação...

Em um momento de exaltação, Lourenço Diaféria afirmou que não tinha intenção de exaltar a figura de um militar que morreu para salvar um menino...

2 de julho na Bahia



A maioria dos doadores de sangue são ilegais, clandestinos, que atraídos pelo lucro propiciado por este progressivo comércio...

Existem três tipos básicos de doadores de sangue: voluntários, correntistas e os gratificados...

A maioria dos doadores de sangue são ilegais, clandestinos, que atraídos pelo lucro propiciado por este progressivo comércio...

Autores se organizam

Os autores teatrais de São Paulo estão se organizando em torno de uma entidade para lutar por seus direitos.

APAT - Associação Paulista dos Autores Teatrais será seu nome e conta com a participação de Leilah Assunção, Lauro Cesar Muniz, Plínio Marcos, Carlos Queiroz Telles, Marcus Vinicius, Ana Luiza Portugal, César Vieira e Gianfrancesco Guarnieri.

Segundo Plínio Marcos, quando perguntado sobre o número de peças censuradas atualmente no Brasil, "mil obras não puderam ser apresentadas. Isso sem contar aquelas de autores novos, desconhecidos de cidade de interior que mandam as suas peças às censuras locais e não são aprovadas".

A censura a textos dramáticos tem, teoricamente duas etapas: a de texto, realizada em Brasília...

Existem três tipos básicos de doadores de sangue: voluntários, correntistas e os gratificados...

Querem calar o "Berro"

Desde o dia 3 de maio o jornal popular BERRO DA BAIXADA vem sofrendo intimidações por parte da Polícia Política...

Quando os autores portugueses se viram livres pelo 25 de abril não conseguiram escrever nada diferente daquilo a que se viam obrigados a escrever nos tantos anos de censura...

Segundo os autores, lutar pela extinção total da censura seria um exercício xixoteco desde que ela está determinada na Constituição...

A maioria dos doadores de sangue são ilegais, clandestinos, que atraídos pelo lucro propiciado por este progressivo comércio...

Existem três tipos básicos de doadores de sangue: voluntários, correntistas e os gratificados...

movimento que envolve, há mais de 2 anos, mais de 50 entidades independentes, 16 delas representações de bairros da periferia.

Restaurantes/ Os estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais - UFGM, não aceitaram o aumento no preço de suas refeições...

Professores/ Um aumento que varia de 67 a 207% foi conquistado pelos professores licenciados da Bahia, em greve desde o último dia 16.

Campos/ Vai se realizar em Piracicaba, de 24 a 29 de julho, o XXI Congresso Nacional de Estudantes de Engenharia Agrônoma do Brasil.

Bahia/ Foi lançada em Salvador, nos dias 1º e 2º passados, a Carta de Princípios do Trabalho Conjunto.

Banco dos Vampiros S/A

Existem três tipos básicos de doadores de sangue: voluntários, correntistas e os gratificados...

Existem três tipos básicos de doadores de sangue: voluntários, correntistas e os gratificados...



Republiqueta Comunista

Quem diria, a mais antiga e menor república do mundo, a de San Marino, incrustada no meio da Itália...

Assine EM TEMPO!

Subscription form for EM TEMPO magazine, including fields for name, address, phone, and payment information.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Alberto Marques, Álvaro... EDITORES: Antônio de Pádua Prado Jr., Flávio G. Fátima, Jorge... SUCURSAIS: Recife, Fortaleza, Curitiba, Belo Horizonte... ESCRITÓRIOS: Aracaju, Campina Grande, Fortaleza... ANUNCIO: David Dantas, Campina Grande... ASSINATURA: Luiz Antônio de Aguiar...

Trinta anos de SBPC. E o futuro?

Perseu Abramo

Mesmo que não tenha o "charme" do ano passado, a reunião da SBPC que começa agora abrigará novamente alguns dos problemas presentes nas lutas pela democracia como o papel do estado, as questões agrárias, a seletividade na Educação, a energia nuclear, a população. O espaço cultural que se abre, será preenchido por proposições e reivindicações como a volta dos professores e cientistas exilados, a anistia, a crítica à universidade e a reorganização estudantil, os movimentos sociais e a criação de entidades representativas.

A 30a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se realiza esta semana na Cidade Universitária da USP, em São Paulo, talvez não seja tão emocionante quanto a do ano passado. Seria arriscado e incorreto dizer que ela pode ser decepcionante; mas certamente a 29a. teve o seu "charme", que dificilmente será repetido.

No ano passado, as dificuldades oficiais e oficiosas que se antepuseram à realização da 29a. Reunião, primeiro em Fortaleza, depois no campus da Universidade de São Paulo, criaram, a despeito da vontade do Governo e quicá da própria diretoria da entidade, uma expectativa que ultrapassou de longe a natural curiosidade de cientistas e estudiosos em torno do evento anual. Com os cortes de verbas, proibição de participação de pesquisadores oficiais, dúvidas quanto ao local e recusa do reitor da USP em acolher o certame, criou-se uma teimosa expectativa entre professores e estudantes que foi a melhor publicidade que se poderia imaginar para o congresso. Amplos setores da classe média — notadamente os artistas, os profissionais liberais, entidades e associações — tornaram co-

sa sua o projeto de fazer realizar a 29a. Reunião. E o conseguiram.

Este ano, as coisas estão diferentes. O Governo aprendeu, e evitou qualquer obstáculo. O reitor atual da USP, após algumas delongas iniciais, cedeu o campus. Funcionários de órgãos estatais ligados à pesquisa e à tecnologia não foram formalmente proibidos de comparecer. A 30a. Reunião Anual não é um fruto proibido, e, portanto, ficou menos atraente.

Há mais. A partir do começo desta década, e gradativamente até o ano passado, as Reuniões Anuais da SBPC passaram a se constituir num único — embora insuficiente e precário — canal de expressão política de alguns setores das classes médias. As Reuniões de 1977 na PUC e as anteriores em Brasília, Belo Horizonte, Rio e Recife, principalmente, foram, ao seu tempo, os exclusivos fóruns em que certas coisas poderiam ser ditas e se poderia debater certos temas. A inexistência de vida política e partidária ostensiva, a censura à imprensa, as perseguições e ameaças — acabaram por carrear para as Reuniões Anuais da SBPC a anualmente conhecida sede de debate e exame crítico dos principais temas nacionais —

com grande espanto de alguns dos antigos sócios da entidade e com evidente desagrado do Governo e dos setores mais conservadores da sociedade civil.

Neste ano as coisas mudaram um pouco. Estruturalmente, as amarras são as mesmas que vigoraram nos últimos 14 anos, mas é evidente que se notam, principalmente nos últimos seis meses, inequívocos sinais de mudanças conjunturais. Alguns setores sociais acabaram por forjar outros canais de expressão e manifestação; camadas da população, mesmo populares, engendraram outras formas de reunião e de associação; os estudantes estão reorganizando as suas entidades e já foram às ruas; os operários fizeram greves; criaram-se o Movimento do Custo de Vida, os Comitês de Anistia, comissões, organizações e entidades das mais variadas espécies; os partidos políticos parlamentares, por força de um calendário eleitoral pífio mas inexorável, não tiveram como deixar de se movimentar um pouco; fala-se em Constituinte, existe a Frente, pensa-se em organizar novos partidos, profissionais liberais estão em campanha salarial, nos locais de trabalho começa-se a discutir a criação de comissões de empregados.



Plenário da SBPC ano passado

A SBPC não é mais a única cena de articulação e debate: é uma entre outras.

Um Desafio Científico e Político

Isso tudo, evidentemente, não retira da 30a. Reunião Anual a sua importância, ao mesmo tempo cultural, científica e política. Alguns dos problemas presentes nas lutas pela democracia lá estarão, sob roupagens metodológicas científicas, mas nem por isso menos relevantes: o papel do Estado, o papel da Igreja, as questões agrárias, a seletividade na Educação, a energia, a poluição nuclear. Além disso, o espaço cul-

tural que a Reunião Anual abre será preenchido por proposições e reivindicações de várias naturezas: a volta dos professores e cientistas exilados, a anistia, a crítica à Universidade e a reorganização estudantil, os movimentos sociais e a criação de entidades representativas.

Há, todavia, um tema que só esporádica e assistematicamente tem encontrado guarida nas preocupações ou formulações dos professores e cientistas, inclusive da e na SBPC: o tema da destinação social da Ciência. As inquietações no nível individual a respeito desse assunto, que certamente agulhoam a consciência de numerosos cientistas,

pesquisadores, professores e pós-graduados, não parecem ter ainda encontrado um conduto adequado para marcar indelevelmente os planos e as atividades da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Para que e para quem se faz a Ciência no Brasil — é uma questão que certamente todos os participantes das Reuniões Anuais já se formularam. Mas que ainda não se corporificou num conjunto ordenado de temas, de simpósios, de mesas-redondas, de cursos e atividades, capazes de significar um salto e um avanço qualitativo da maior entidade científica brasileira. A questão passa, evidentemente, pela temática da Democratização da Ciência — da sua produção e da sua utilização — e, portanto, tem que ver com as lutas democráticas que já, hoje em dia, amplos setores organizados da sociedade civil começam a travar. E, no entanto, de alguma forma, a SBPC não tem conseguido enfrentar o desafio científico e político que essa questão coloca — que parte da sociedade se beneficia com a Ciência que, direta ou indiretamente, toda a sociedade produz e sustenta?

A 30a. Reunião Anual da SBPC, entre outras tarefas administrativas, terá a de modificar os seus estatutos, iniciar o processo de renovação de seus órgãos diretivos, e escolher o local e a tônica do temário da próxima Reunião Anual. É uma oportunidade para que todos os participantes e todos os sócios expressem de forma coletiva e organizada o seu anseio por uma formulação temática dos próximos encontros que atenda mais diretamente aos desafios intelectuais e pragmáticos da democratização da cultura, do saber e do conhecimento científico.

OS RESIDENTES EM GREVE

Sem nenhum vínculo empregatício com os hospitais onde trabalham e submetidos a um rigoroso exame para conseguirem a residência — onde influem inclusive o "apadrinhamento" de diretores e políticos e o atestado de bons antecedentes fornecidos pelo DOPS — os médicos residentes de todo o país, 11 mil ao todo, deflagraram um movimento nacional para fazer valer os seus direitos trabalhistas. Submetidos a um regime de trabalho de 100 horas semanais e chegando a trabalhar 36 horas ininterruptamente quando dão plantão, eles deram o primeiro passo no final de abril, quando os residentes de São Paulo resolveram adotar a luta pelo piso de 5 salários mínimos. As vésperas da realização do seu Congresso Nacional, que será realizado ainda este mês em Brasília, eles já conseguiram algumas vitórias parciais, o que indica ser este o único caminho capaz de fazer suas reivindicações.

A primeira vitória foi conquistada pelos 540 médicos residentes do Hospital das Clínicas de São Paulo. No início de maio, eles enviaram um abaixo-assinado ao governador Paulo Egydio Martins solicitando um piso salarial de 5 mínimos, além de alimentação e moradia gratuitas. E deram um prazo de 15 dias para que estas reivindicações fossem atendidas, sob pena de paralisarem totalmente suas atividades.

Exatamente no décimo-quinto dia após a entrega do abaixo-assinado dos residentes do HC — governador deu a resposta: aumento de quase 450 por cento para todos os residentes, divididos assim em três níveis salariais. O R-1, por exemplo, que antes ganhava Cr\$ 1.800, passaria a receber Cr\$ 7.800, o R-2 — com salário anterior de Cr\$ 2.500 receberia Cr\$ 8.500 e o R-3 — antes também com vencimento de Cr\$ 2.500 — ficaria com o salário de 9 mil cruzeiros.

Transformada em luta nacional, o movimento pelos 5 salários mínimos foi ganhando força em diversos outros hospitais. Com a vitória dos residentes do Hospital das Clínicas de São Paulo, a reivindicação por este piso salarial foi imediatamente seguida no Hospital do Servidor Público Estadual, também de São Paulo, cujos 160 médicos também enviaram um abaixo-assinado ao governador. Em poucos dias o aumento dado no Hospital das Clínicas também foi estendido ao Servidor.

Outros hospitais

Com esta nova vitória dos médicos residentes, o movimento se estendeu logo em seguida a outros hospitais estaduais de São Paulo — Emílio Ribas, Instituto de Cardiologia, Cândido Fontoura e os HCs de Ribeirão Preto, Campinas e Botucatu — e, também sob ameaças de paralisações, conseguiram os mesmos aumentos dados para o Hospital das Clínicas da Capital. Nesta mesma época, os residentes do Hospital São Paulo — pertencente à Escola Paulista de Medicina, do governo federal — enviaram um abaixo-assinado ao então ministro da Educação, Ney Braga, também solicitando o piso salarial de cinco mínimos e dando um prazo de 15 dias para a resposta. Não houve

resposta e eles então entraram em greve no dia 9 de junho.

O movimento grevista se estendeu também a outros hospitais paulistas ligados ao Inamps — como o Heliópolis, Brigadeiro, Casa Maternal e Hospital Darci Vargas — com várias paralisações após o descalço do Governo às reivindicações dos residentes, e se alastrou a estabelecimentos particulares: Santa Casa de Misericórdia, Clínica Infantil do Ipiranga, Hospital de Taubaté e Clínicas de Marília, estes dois últimos no interior do Estado.

Na Santa Casa e nos hospitais de Marília e Taubaté, os diretores e superintendentes desses estabelecimentos cerraram todos os tipos de pressão contra os grevistas, o que de nada serviu para esvaziar o movimento. Este então já começava a ultrapassar os limites de São Paulo, atingindo agora outros Estados. No Rio de Janeiro, após esocerem respostas do governo a seu abaixo-assinado, os 320 residentes do Hospital Pedro Ernesto — pertencente à Universidade Estadual do Rio de Janeiro — cruzaram os braços.

Além do Rio, o movimento grevista dos médicos residentes também se estendeu rapidamente a Porto Alegre, onde os 150 residentes do Grupo Hospitalar Conceição pararam suas atividades.

Até em Brasília

Estendeu-se ainda aos Hospitais do Sobradinho — pertencente à Universidade Nacional de Brasília — e da Fundação, ambos no Distrito Federal, atingindo, também, embora em menor intensidade, hospitais de Minas Gerais e Paraná. Assustado com a dimensão que tomou o movimento dos residentes por melhores salários, e diante de ameaça de novas greves em quase todos os Estados brasileiros, o Governo Federal resolveu convocar às pressas os ministros do Trabalho, Previdência Social, Educação e Planejamento e prometeu uma resposta para a segunda-feira da última semana.

Antes do meio-dia da quarta-feira, o ministro Euro Brandão, da Educação, convocou os repórteres que cobrem o seu Ministério para anunciar uma solução: 7 mil cruzeiros para todos os residentes, independentes assim das qualificações R-1, R-2 e R-3 e sem tampouco atender à reivindicação integral de 5 salários mínimos. Esta proposta — que atingirá apenas os hospitais da União — foi imediatamente rejeitada pelos residentes de Hospital das Clínicas de Porto Alegre, que também tinham aderido ao movimento, enquanto os médicos do Rio de Janeiro e Minas Gerais acharam a proposta "decepcionante".

Em São Paulo, entretanto, a Ameresp considerou a resposta "muito importante". "Apesar de não ser o índice reivindicado, este aumento foi muito importante do ponto de vista político e conseguiu graças à mobilização dos residentes. Antes, o governo nem admitia ouvir as nossas reivindicações".

Aumento muito mais considerá-



ROBERTO CERQUEIRA

vel que este do governo federal foi dado pelo prefeito Olavo Setúbal, de São Paulo, poucas horas após o movimento grevista atingir 4 de seus principais hospitais, na manhã da última segunda-feira. Seus residentes, que antes também ganhavam em torno de 2 e 3 mil cruzeiros, passariam a ganhar — de acordo com projeto elaborado às pressas para ser anexado às reformas de política salarial, que será enviado à Câmara Municipal no fim do recesso — salários de Cr\$ 7.827,00 para os residentes de primeiro ano (R-1), Cr\$ 8.470,00 para os de segundo (R-2), Cr\$ 9.265,00 para os de terceiro ano (R-3).

Proposta inferior a esta também foi imediatamente rejeitada pelos médicos residentes da Santa Casa de São Paulo. No final da primeira semana de greve, após ameaças de demissões a todos os grevistas, o superintendente Renato Romano prometeu aumentar os salários — também entre 2 e 3 mil cruzeiros, excluindo-se os chamados "estagiários" que trabalham sem nenhuma remuneração — para índices que variavam de Cr\$ 4.700 a 6.250, este para os residentes do quarto ano. Diante da negativa dos residentes, Romano — chamado pelos médicos de "ditadorzinho" — chegou a enviar nota aos jornais, anunciando a demissão de todos os grevistas.

Medidas como esta — que foi respondida com a ameaça da Ameresp de paralisar a atividade de todos os residentes do Estado de São Paulo — em Brasília e no Rio de Janeiro, onde as diretorias dos hospitais atingidos chegaram a publicar editais em jornais convocando novos médicos para ocupar os lugares dos demitidos. Esta tentativa, entretanto, foi imediatamente frustrada, primeiro pela disposição de luta dos médicos que ameaçaram com novas paralisações e, depois, pela Associação Nacional de Médicos Residentes que prometeu apli-

car o Código de Ética Médico contra todos aqueles que ocupassem as vagas dos demitidos.

No Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo — cujo movimento contou com a adesão dos médicos contratados, de enfermeiras e de grande parte dos outros funcionários contribuindo para que o hospital continue praticamente paralisado há mais de uma semana — a diretoria colocou agentes de segurança para acompanhar todos os passos dos grevistas.

Mas nenhuma dessas ameaças e tentativas de esvaziamento diminuiu a disposição de luta dos médicos residentes brasileiros. No dia 22 de junho, por exemplo, mais de 500 residentes realizaram uma concentração diante da Delegacia do Ministério da Educação, onde

leram uma Carta Aberta à População. Em voz alta, eles disseram — sob os olhares e aplausos de milhares de pessoas que assistiam à manifestação nas calçadas e das janelas dos edifícios — que "lutamos porque o médico residente, que é um médico formado e que está se tornando especialista, e para isso recebe aprendizado e trabalho nos hospitais, atendendo à população, está submetido a uma exploração como todos os outros trabalhadores".

"Trabalhamos — continuaram os residentes — sem direitos trabalhistas (férias, 13º salário, fundo de garantia, direitos previdenciários) em jornadas de até 100 horas semanais e como pagamento recebemos salários de cerca de 3 mil cruzeiros. Estamos em greve porque este é o melhor recurso de que dispomos para obter nossas justas reivindi-

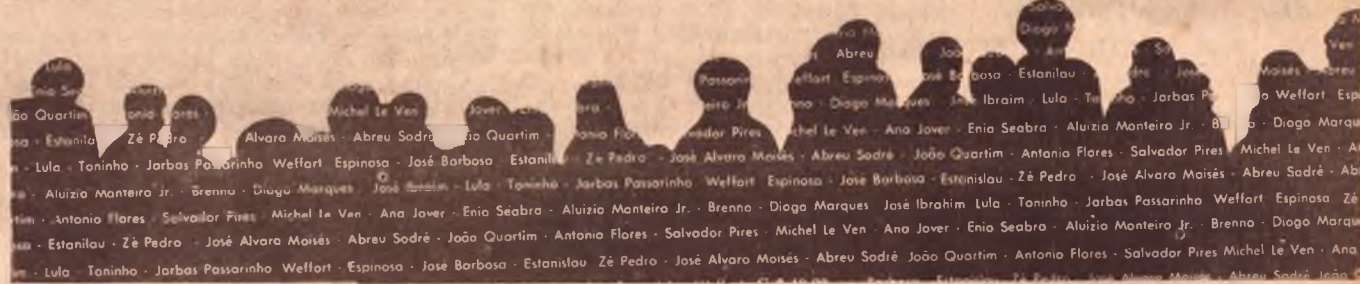
cações, assim como está ocorrendo com outros trabalhadores do ABC, Guarulhos, São Paulo, Osasco etc". E acrescentavam: "A situação de saúde da maioria do povo brasileiro é cada vez mais precária e quando reivindicamos melhores salários temos em vista a melhoria do atendimento médico, numa luta que não é só nossa mas de toda a população brasileira".

Mas antes de sair às ruas o movimento grevista dos residentes já recebera até mesmo o próprio apoio das pacientes internadas em hospitais em greve. No São Paulo, por exemplo, um grupo de doentes — internos no setor de indigentes — redigiu de próprio punho um manifesto de apoio aos grevistas, o qual terminou contando com a adesão de quase todos os pacientes do hospital. Já no Hospital do Servidor Público Estadual também de São Paulo, as cozinheiras recusam-se a fazer comida para a direção do Hospital e para os poucos funcionários da administração que não aderiram à greve e têm ainda algumas coperas que chegaram a se recusar a servir café aos diretores do hospital.

Se em São Paulo a população entende o movimento dos residentes, chegando a aplaudi-los nas ruas e de prestar solidariedade através de moções de apoio, no Rio de Janeiro eles chegaram quase a ser espancados por mais de 500 policiais da Tropa de Choque que se postaram desde cedo da quinta-feira da semana retrasada nas escadarias da Assembléia Legislativa. Neste dia — considerado o Dia Nacional de Luta de todos os residentes, quando estes passaram todo o dia de greve em apoio ao movimento de reivindicação salarial — os médicos cariocas pretendiam ler uma Carta a População diante da Assembléia. Foram, apesar dos protestos e de vaias dos populares que se postavam nas imediações, dispersados violentamente pelos policiais e só depois de muita luta conseguiram ler o seu manifesto nas galerias daquela casa.

Emanuel Nery

cadernos do
presente 2



Jornalistas cariocas derrubam o pelego Machado. Nas urnas.

Com a posse marcada para agosto, a Oposição Sindical vai lutar agora para colocar em prática o programa aprovado pela categoria profissional, que inclui o aumento salarial além dos índices irrealistas fixados pelo governo e o direito de greve, entre outros pontos.



O pelego e o candidato da oposição, frente a frente

Mais um pelego que cai. Doze anos depois de se instalar no Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, José Machado foi afastado agora numa eleição que mobilizou intensamente as redações do Rio e que atingiu o índice recorde de comparecimento de 80%, com a participação de dois mil dos 2.500 eleitores inscritos. A diferença, em favor da oposição, foi de 220 votos.

Encabeçando uma chapa eleita nas redações, assessorias e demais locais de trabalho, e formada com base num princípio de frente que aglutinou todas as tendências de oposição, Carlos Alberto de Oliveira (Caó) dirigirá o sindicato nos próximos três anos com base num programa que coloca como pontos centrais a luta pelo direito de greve, pela liberdade de organização e expressão, contra qualquer tipo de censura, pela autonomia sindical e contra o arrocho salarial.

A vitória da chapa de oposição - 1.067 votos contra 847 dados a Machado - representou um avanço significativo nas lutas dos jornalistas cariocas, que tiveram de vencer antes da formação da sua chapa posições que ainda defendiam uma composição com o pelego, com o argumento de que a oposição não teria condições de vencer o pleito se definisse claramente sua oposição ao peleguismo e ao que ele representa.

Foram posições deste tipo, em momentos em que a desmobilização da categoria era maior e em que as lutas populares ocorriam apenas de forma isolada e sem a força de intervir na conjuntura como agora, que deram fôlego ao pelego e lhe garantiram mais alguns anos na entidade.

Retirar a escolha da chapa do círculo fechado dos conchavos, abrir a discussão para a aprovação de um programa em assembleias gerais e fazer uma eleição prévia nas redações para a escolha dos nomes que formariam a chapa - este foi o processo democrático que acabou por se impor dentro da oposição e que serviu para garantir a ampla participação nas eleições.

Nesta prévia eleitoral votaram cerca de dois mil jornalistas, sindicalizados ou não, numa das quatro chapas que se apresentaram. Foi este o momento de maior mobilização da campanha, pois os candidatos percorreram os locais de trabalho apresentando o seu programa e as redações ficaram cheias de cartazes, com os jornalistas ganhando espaço para discutir internamente dentro das redações problemas como o direito de greve, liberdade de expressão e aumentos salariais, temas proibidos há muitos anos.

A dupla Caó-Argemiro Ferreira saiu vencedora nesta prévia e ficaram em segundo lugar Ricardo Gontijo-José Trajano, que tiveram lugar garantido na chapa de acordo com o critério de frente estabelecido. Fazem ainda parte da diretoria efetiva os jornalistas André Mota Lima, David Fichel, Carlos Laet e Fritz Utzeri.

Golpes e Impugnações

Vendo a classe mobilizada e se organizando para tomar o sindicato, o pelego Machado buscou o único apoio que lhe restava: a cobertura do regime através da Delegacia Regional do Trabalho. Com o auxílio de um conhecido policial das redações, Emiliano Castor, tentou a impugnação de 11 membros da chapa de oposição, oito dos quais por motivos ideológicos. Pressionado, o delegado só aceitou a impugnação de três, cuja permanência no sindicato é uma das primeiras lutas da diretoria eleita.

A associação pelego-DRT tentou ainda vários outros golpes.

No primeiro e segundo dias da eleição, José Machado, entupiu o sindicato de falsos jornalistas, pessoas com mais de 65 anos de idade que se apresentavam aos mesários com carteiras do sindicato obtidas a partir de 1974. Machado usou ainda do expediente de telefonar para associados em atraso ameaçando-os de que estavam obrigados a votar por força de lei, sob pena de serem multados e terem cassadas suas carteiras. Como estes sócios não estavam em condições de voto, por se encontrarem em atraso no pagamento da mensalidade o pelego já tinha uma solução: bastava procurar determinada funcionária do sindicato que lhes tiraria

o recibo de quitação com data anterior, assegurando-lhe assim mais um voto.

Além da mobilização das redações, componentes da chapa 2 desenvolveram um importante trabalho na porta do sindicato, na tentativa de conquistar os votos indecisos, que se revelaram em quantidade acima da esperada. Nas redações, vários jornalistas ligavam para os telefones do sindicato, a fim de mantê-los ocupados e não permitir que o presidente levasse avante o seu movimento de pressão sobre os sócios em atraso. Ainda nas redações, a categoria se mobilizou para não deixar que um só jornalista em condição de votar e que participara anteriormente, na própria formação da Chapa 2 - deixasse de ir ao Sindicato, onde Machado concentrou as três urnas (manobra clara para diminuir a participação no pleito).

Agora, cumprir o programa

Com a posse da chapa 2 no dia 11 de agosto, os jornalistas cariocas vão lutar agora para que o programa aprovado pela categoria seja cumprido com uma total abertura do sindicato para a tomada de decisões. São estes os principais pontos: o aumento salarial que supera os índices irrealistas fixados pelo governo e que não acompanham a alta do custo de vida; contra a política de arrocho salarial; pelas negociações diretas com os patrões; piso salarial de seis salários mínimos regionais por cinco horas de trabalho; retorno dos estagiários ao sindicato; pagamento do salário profissional e registro obrigatório em carteira para os estagiários dos dois últimos períodos das faculdades; pela revisão da lei do FGTS e pelo retorno do instituto da estabilidade após 10 anos de serviço na empresa; pela liberdade de imprensa, de expressão e de organização; garantia de participação coletiva dos jornalistas em todas as decisões que afetam o interesse geral da categoria; por uma campanha permanente de sindicalização e fortalecimento sindical, através da efetivação das comissões sindicais por local de trabalho; pelo direito de greve.

Sucursal Rio

Joaquim,

O s pelegos encastelados há 13 anos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, não se contentaram em fraudar sem disfarces as eleições deste ano para escolha da diretoria da entidade, como comprovou a anulação do pleito feita pelo procurador Oswaldo Preus, do Ministério do Trabalho. Além das artimanhas para impedir a fiscalização da votação, Joaquim Andrade dos Santos, o presidente, lançou mão da delação, da intimidação, e do espancamento dos participantes das duas chapas - 2 e 3 que concorriam com a sua.

"Quando eles disseram que iam entrar com um recurso, porque as eleições foram anuladas, nós pensamos que seria um recurso jurídico e não à base de pauladas", disse com espanto Gilda Graciano - advogada da Oposição Sindical, a Chapa 3 - ao narrar para o delegado Silvio Soglio, do 1º Distrito Policial, as agressões que sofreram oito metalúrgicos, na noite da última segunda-feira. Cinco deles foram medicados no Hospital Municipal: Cândido Hilário, Manoel Ferreira Lima, Oswaldo Ribeiro da Silva, Raimundo Moreira de Oliveira e Luiz Godinho, que passaram por exame de corpo delito.

Apesar do nome, o diretor Amável Barroca foi o responsável pelo ferimento mais grave - nove pontos na cabeça

de Raimundo, fiscal da chapa 3. Raimundo descreve a pancadaria: "A gente foi no sindicato, como é obrigação nossa, ver como estava o ânimo dos companheiros depois da anulação das eleições. Lá pelas oito horas da noite, a gente estava na porta conversando com alguns companheiros da Chapa 2, quando iam saindo vários diretores e funcionários e foram fazendo rodinhas em volta de nós. Nós éramos oito, e eles pelo menos uns quinze. Pelo jeito deles a gente via que não estavam ali por acaso.

De repente, o tal de Miguel Cabrera, diretor do Sindicato, começou a dizer que de hoje em diante acabou a Oposição, ninguém mais vai atuar gozando de vocês, daqui prá frente é no pau, disse. Daí foi de cambalhada, o Amável Barroca partiu pra cima de nossos companheiros empurrando e dando pontapés, no que foi seguido pelos outros diretores. Tinha uns pedaços de pau e uns canos junto do lixo em frente à porta, que a gente não sabe se era por acaso ou de propósito. O fato é que de repente apareceu um cassetete nas mãos do Jayme Cunha que é primo do Joaquim Andrade, e essas coisas a gente sabe que não dão em árvore".

A lista dos agressores, segundo afirmam os agredidos, é a seguinte: Cremlite Guedes da Silva, José Policarpo, Cicero de Freitas, Orlando Malvezi, Amável Barroca, Júlio Joaquim de Araújo, Jayme Cunha, Antonio Lauro Campanha, Miguel Cabrera, Aristeu

Genúino do Nascimento e Bernardino Testa, vários deles apontados na queixa no 1º Distrito Policial. Momentos antes, o presidente da Chapa 3, Anizio Batista de Oliveira havia sido ameaçado por alguns desses diretores, no bar do segundo andar do Sindicato, nos mesmos termos das palavras de Amável Barroca.

Delação e intimidação

Enquanto a Oposição Sindical encaminhava a elaboração de uma cartadunúncia para divulgar à população, a abertura de um inquérito policial, e uma representação à Delegacia Regional do Trabalho e ao Ministério do Trabalho - "protestando contra a falta de idoneidade dos dirigentes sindicais pela deslealdade e o gangsterismo" - o Sindicato dava entrevistas à imprensa apresentando uma desculpa para a pancadaria: "eles quiseram quebrar o lacre da sala 105 onde estão as urnas e nós simplesmente não deixamos"...

As pressões contra a Chapa 3 começaram durante o período de votação, que prolongou-se por cinco dias, de 26 a 30 de junho. E não faltou imaginação para exercê-las, como demonstra um boletim de provocação distribuído nas portas de fábricas, dirigido aos "trabalhadores metalúrgicos do setor de Santo Amaro", um bairro fabril de São Paulo.



Raimundo com o curativo na cabeça, junto com outros dois espancados pelo pessoal do Joaquim.

"É hora de começar a organizar a

Três depoimentos de Antonio Flores, da Oposição Sindical metalúrgica de São Paulo, sobre as greves recentes,



Paulista de Boa Esperança, Antonio Flores chegou ao maior centro industrial do país com 14 anos e começou a trabalhar como embalador numa fábrica de parafusos. Dois anos depois dava os primeiros passos na vida sindical. Trabalhou também como seringueiro e soldador. Hoje, com 39 anos é um dos participantes de mais prestígio na Oposição Sindical dos metalúrgicos de São Paulo.

Ele participou de um debate com outros sindicalistas na sede do Em Tempo.

1 "Comparando a greve de 68 com a de 78, houve um amadurecimento. Hoje compreende-se que não basta o cidadão sair de uma escrivania ou duma faculdade, ir lá na porta fazer agitação para o operário entender. O amadurecimento foi de perceber que é preciso organizar".

Infelizmente, tem pouca coisa escrita sobre a classe operária brasileira. Mas esse tipo de greve que foi feita agora se deu também em 53. Em 1953, os 32 dias de greve se iniciaram dentro das empresas. As lideranças sindicais eliminadas em 64 estavam, em 1953, dentro das fábricas. Depois de 5 dias de greve, a polícia cometeu um erro na Santista, pôs a cavalaria lá e inclusive matou mulher grávida. E com isso houve uma revolta geral e foram 32 dias de greve. Essa greve de hoje surge em função de um arrocho salarial que vem esmagando o trabalhador. Outra questão é o momento político atual. Não quero dizer que se houvesse espancamento seria igual a 1953, mas poderia dar uma revolta e todo mundo cruzar os braços podendo até mudar o regime totalmente. Pois em 53 mudou toda a estrutura política do Getúlio e caiu todo o Ministério.

Outra coisa: as greves de hoje só surgiram porque está começando a existir lideranças dentro das fábricas. Podem ser encaradas como espontâneas, mas onde surgiu greve tinha pessoas que, embora pouco, têm conhecimento

político. Onde existem melhores quadros políticos, como é o caso da Ford, a greve teve mais consequência. Esse movimento sindical, atrelado como é, ainda tem um lado positivo no ABC, pois o sindicato ainda é um lugar onde dá pra discutir os problemas da categoria. Em São Paulo não dá nem pra isso; se quiser ir lá discutir, nem sei o que acontece.

Dentro do próprio oportunismo sindical, nós encontramos em São Bernardo, um Paulo Vidal. E Paulo Vidal teve uma característica totalmente diferente de todo esse peleguismo que tem aqui: ele é o homem que prega o sindicalismo americano no Brasil. E a oposição sempre teve espaço para atuar lá. Em São Caetano, por exemplo, Manezinho deixou muito, foi um dos melhores dirigentes depois do golpe. Era um cara que de manhã lá noite ficava conversando com operário. Tanto que pagou por isso. Em Santo André o sindicato é de oposição. Além disso, a oposição sindical está aí. Vejam que já em 72 a palavra de ordem da oposição sindical era a de "operação tartaruga", e já em 73 essa palavra de ordem deu resultado em quase todo o ABC. A palavra de ordem de "operação tartaruga" nasceu nas paróquias que é onde dava pra se reunir. Da perda salarial de 73/74 só não soube quem não quis. Publicações da Frente Nacional do Trabalho, boletim da Pastoral, grande e pequena imprensa, todo mundo denunciando. Isso tudo criou um clima, teve grandes assembleias, e chegou ao ponto da parada da Scania, e aí a coisa se desenvolveu. Então, onde houve maior denúncia, a greve foi surgindo muito mais rápida.

Comparando a de 68 e essa de 78, acredito que houve um amadurecimento. Hoje compreende-se que não basta o cidadão sair de uma escrivania ou duma faculdade, ir lá na porta fazer agitação para o operário entender. O amadurecimento foi de perceber

que é preciso organizar. Há muita autocritica entre os companheiros que participaram da greve de Osasco. O puro e simples fato do cidadão entender que não deve deixar uma faculdade pra ser operário bionico, acho que já é um amadurecimento muito grande.

E se vocês forem analisar ainda hoje, onde você tem operário bionico, não se consegue fazer nada. Ele se entusiasma com as outras greves e foi agitar na base do entusiasmo; os operários não estavam preparados ainda pra aguentar o repuxo e tiveram que recuar. E aí acabou saindo o acordo de 8%, 6% e até mesmo não saindo o aumento. Bom, eu acho que é todo esse tipo de coisa que a gente realmente vai ter que analisar pra você poder deixar ai pros futuros companheiros alguma coisa que a gente fez, que companheiros do passado não deixaram pra gente. Agora é claro que depois do Passarinho ir lá em Contagem, chegar lá, o que conseguiu também foi na base do esmagamento. O Passarinho, quando chegava aqui em São Paulo, dizia: "pô, eu acabei com uma greve lá em Contagem; em Osasco vai ser mixaria, aqui com um soprão eu acabo com isso. Quer dizer que naquele momento inclusive o próprio operário não tava preparado pra aguentar o repuxo. Como eu também não acredito que, se tivesse tido um repuxo, a gente tinha condições de aguentar. A prova disso é que a Volks não aguentou. E o repuxo que deram na Volks não foi grande não.

Agora vocês imaginam se eles chegam lá com os "meninos" e tomam a fábrica em menos de dez minutos. Vocês lembram que em 72 foi ensaiado com pelotão de choque da PM, como se ocupar uma fábrica; e uma das fábricas que foi ocupada aí no ensaio foi a Caterpillar. E ocupavam a fábrica inteira, com cachorro e tudo. Agora não houve isso, e é exatamente o momento político que a gente tá vivendo, e também um amadurecimento.

2 "A estrutura sindical é como um soldado da PM carregando um cão policial. Quando tem muita gente perto, ele segura o cão para não avançar. Quando está sozinho, dá mais corda e o cão fica com mais espaço".

Em 1965, um grupo de companheiros começou a falar em fazer oposição a estrutura sindical: a gente teria que romper com essa estrutura, participando dela como oposição. Onde não houvesse condições de ganhar um sindicato, a gente devia ficar como oposição, pra ir rompendo essa estrutura aos poucos.

Eu acho que aos poucos essa coisa vem ocorrendo.

O próprio avanço do movimento operário hoje já nos faz pensar seriamente em que tipo de estrutura sindical queremos. Acho que é responsabilidade de todos esses companheiros, se não quisermos ser enganados novamente, discutir que tipo de estrutura sindical nós queremos. Mas não devemos ficar só numa discussão entre os companheiros que têm uma participação sindical.

Temos que discutir também com aqueles das fábricas, que conseguiram fazer greves. Acho que está na hora de propor um congresso para organizar a Central Sindical dos Trabalhadores.

Quando começamos, a gente achava que quando pudéssemos contar com a mili-

tância em 500 empresas das mais importantes de São Paulo, podíamos pensar nesse congresso.

Esse congresso poderia ser realizado em qualquer lugar. Mas quando tivesse terminado, teria gente pra levar as resoluções desse congresso pra dentro das fábricas. Eu acho que hoje já existe isso e precisamos pensar seriamente na Central Sindical, se não quisermos mais uma vez ser enganados, não diria pelo populismo, pela pequena-burguesia, mas sim pelo imperialismo, pelo capitalismo.

A gente pode comparar a estrutura sindical brasileira com um soldado da PM carregando um desses cães policiais que eles usam. Quando tem muita gente perto ele fica segurando o cão bem perto dele para ele não avançar.

Quando ele está sozinho, dá mais corda e o cão fica com mais espaço. É isso aí a estrutura sindical brasileira. Na medida em que você tem um governo tipo JK, Jango, o movimento sindical tem um pouco mais de liberdade. Ele fica mais solto e os dirigentes sindicais trabalham mais. Mas não existiu uma preocupação, na grande maioria, de se mudar essa estrutura sindical. Existiram alguns que sempre lutaram pela liberdade sindical, mas eram minoria.

A CGT, por exemplo, foi criada por um congresso. A suplência da CGT era formada por um pessoal ligado as fábricas, não por dirigentes sindicais.

Agora, a direção era constituída por agentes sindicais. O objetivo principal da CGT era combater o peleguismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que esteve nas mãos dos trabalhadores somente durante 6 meses, quando foi assumida por Clodsmith Riani um companheiro de Minas. A CGT foi criada inclusive para aglutinar aqueles sindicatos do

com dias contados.

O texto curto afirma: "Estamos comunicando que haverá uma reunião no dia 23 de julho de 1978, às 9h na Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para nos despedirmos dos Companheiros Waldemar Rossi, do Flores e do Anísio, que viajarão para França e Bruxelas para realizar cursos de aperfeiçoamento. Pedimos o comparecimento de todos, não faltem". Assinado: "a comissão".

Muito semelhantes à intrigas espalhadas pela repressão clandestina, o boletim procurava associar a chapa 3 a organismos internacionais, numa atitude clara de delação e tentativa de ligar a Oposição Sindical com a infração da draconiana legislação de segurança nacional. Anísio encabeça a chapa 3, Waldemar Rossi e Antonio Flores são dois prestigiados participantes da Oposição Sindical; os três repeliram a provocação.

Por outro lado, Joaquim Andrade não cuidou ao menos de despistar a inspiração - ou talvez a autoria - do boletim, já que deu entrevista à imprensa com argumentos bem parecidos. Por exemplo: "Um grupo que gastou 1,5 milhão de cruzeiros em propaganda eleitoral deve ter que dar satisfação para alguém atrás disso tudo, quem os está subvencionando. O dinheiro vem de fora do país. Pode ser o clero ou organismos internacionais. Existem muitos sindicatos internacionais, com linhas diferentes. O problema é saber que linha subvencionou grupos. Há interesses externos e como a verdade sempre aparece, um dia saberemos quais são essas organizações que estão interferindo no nosso sindicalismo e tomaremos as providências".

Agarrado e revistado

As intimidações não ficaram por aí. Antonio Flores, fiscal da chapa 3, recebeu ameaças diretas de um elemento que se identificou como pertencente aos órgãos de segurança. Era um indivíduo forte, cerca de 1,70 m, moreno, que declarou: "Se você continuar frequentando o Sindicato vai ser afastado a pedido do presidente Joaquim dos Santos Andrade".

Outros quatro fiscais da chapa 3 - Waldemar Rossi, Cleodion Silva, Ubiraci Dantas de Oliveira e Vito Gianotti - denunciaram que foram seguidos por elementos estranhos categoria metalúrgica, que se encontravam na sede do sindicato, acompanhando todos seus passos. Waldemar Rossi relata: "um elemento de paletó de couro, que ficou conversando com o presidente do sindicato, depois passou a me seguir ostensivamente. Um dos diretores me ameaçou de maneira velada, dando a entender que eu podia receber represálias". Juscelino Silva Neto, outro fiscal da Oposição Sindical garantiu que foi agredido no dia 29 por um indivíduo que se apresentou como policial na porta da fábrica Douglas, no Tatuapé: "Fui agarrado por trás e erguido do solo, por um homem baixo, forte, cerca de 40 anos que me encostou na parede, me revistou e me ameaçou de prender dizendo que eu estava fazendo agitação na frente da fábrica", lembra o metalúrgico.

No documento enviado à Delegacia Regional do Trabalho, pedindo a impugnação das eleições, a chapa 3 registra mais uma violência contra um de seus fiscais, agredido desta vez pelos próprios mesários, nomeados pelo Joaquim Andrade. O fiscal havia denunciado irregularidade na urna 120, que estava sem identificação dos votantes, sem lacre e cédulas assinadas em maior número que o de votantes.

Central Sindical dos Trabalhadores

a necessidade de mudanças na estrutura sindical, e um pouco da história do movimento operário.



Norte e Nordeste que sempre votavam com os pelegos do CNTI. Depois que a CGT surgiu, o movimento sindical melhorou, porque já se faziam assembleias intersindicais e quem dirigia tudo isso era a CGT. Outra coisa boa que existia aqui em São Paulo era o Fórum de Debate Sindical de Santos, que foi criado praticamente numa unificação do movimento sindical santista. Com isso se tinha mais força no dissídio coletivo. Não entrava uma categoria só no dissídio, entravam todas. O PAC, que acabou fazendo a greve dos 700 mil trabalhadores, foi um pacto feito pela cúpula de dirigentes. Não respaldou na base, onde muito poucos sabiam que existia essa unidade. Tinha sindicatos aqui em São Paulo que não entraram como sindicatos mas como pessoas. Foi o caso do Everaldo Santana, da Borracha, e o Teixeira, dos Transportes. São os eternos dirigentes que, entra presidente, sai presidente, eles continuam. Agora, eu acho, que outras coisas que houve eram sempre de unidade da cúpula sindical; elas não eram forçadas pela base.

Exatamente às 8 h de sábado, dia 1º de julho, o pelego Joaquim deu um tapinha nas costas do seu concorrente Anísio, disse-lhe um bom-dia e atravessou a fila de leões-de-chácara que guardavam a entrada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e exigiam a carteira de sócio para quem quisesse ter acesso à entidade. Era o dia da apuração da mais agitada eleição sindical dos últimos tempos, cujos resultados se favoreceram à Oposição Sindical, certamente dariam um formidável impulso ao movimento operário, no maior centro industrial do país.

Por ironia, Anísio Batista de Oliveira, candidato a presidente pela Chapa 3, da Oposição Sindical, teve um ótimo dia naquele sábado, como lhe desejara polidamente Joaquim dos Santos Andrade. Antes de mais nada, foi um dia extremamente tenso, que se desenrolou após uma semana seguida de fraude e irregularidades nas eleições e pressões de todo o tipo sobre a Oposição Sindical.

Às 8h50m o procurador do Ministério do Trabalho, Oswaldo Preus, começou a chamar do microfone, sobre um palco, os mesários, fiscais e acompanhantes para as 15 mesas apuradoras. Joaquim trançava de um lado para o outro, senhor de toda a situação. Com as mãos para trás, pullover branco, gravata beje, sapato bico fino, a barba por fazer e um chaveiro pendurado na corrente, mais parecia um mafioso de província. Parecia tranquilo. Afinal, nem mesmo a forte repercussão na imprensa - jornais, rádio, e tevê - das denúncias de fraude que a chapa 3 fez, levaram as autoridades do Ministério do Trabalho a anular as eleições. Agora era só desenvolver o ritual e contar com a boa vontade do procurador Oswaldo Preus, que aliás começou rápido.

A marmelada do Joaquim

Tão logo os 90 escrutinadores tomaram seus assentos, o advogado Marco Aurélio, da Oposição Sindical apresentou ao procurador um requerimento de anulação das eleições, apresentando os mesmos argumentos do pedido de impugnação encaminhado dias antes à Delegacia Regional do Trabalho: 118 das 160 urnas continham irregularidades. Preus indeferiu. Imediatamente a advogada Gilda Graciano, do mesmo lado, entrou com novo pedido - de realização de uma perícia, antes do início da apuração, "a fim de ser constatada qualquer violação que tenham sofrido as urnas coletoras de votos, a ser efetuada por órgão ou pessoa de confiança, permitindo-se ao requerente a indicação igualmente de um perito".

O procurador mais uma vez indeferiu. Gilda insistiu então que as urnas fossem abertas por baixo, isto é, cortando-as para que o lacre ficasse intacto para uma perícia posterior. Veio a terceira negativa de Oswaldo Preus e junto uma ordem para que os advogados e a imprensa se retirassem do re-

cinto, em meio a uma discussão acirrada entre provocações do procurador - "a senhora está é querendo aparecer" - e aplausos dos fiscais da Chapa 3. Gilda exigiu a presença do presidente da seção regional da Ordem dos Advogados do Brasil, pois no seu entender "o direito de exercer sua profissão estava sendo cerceado". Depois de muito quebra-pau, acabaram permanecendo junto da apuração tanto os advogados da Oposição Sindical, quanto os quase 20 jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Mas o tempo quente continuou tão logo abriram-se as primeiras urnas. O metalúrgico Vito Gianotti, fiscal da Oposição, impugnou uma delas, demonstrando para quem quisesse ver como o lacre de fita crepe era facilmente violável. Com habilidade ele desprezou e tornou a pregar cinco vezes seguidas a fita crepe, ante os risos dos jornalistas e fotógrafos que acompanhavam de perto a cena da marmelada do Joaquim.



3 "Jamais teria mos conquistado o 13º salário sem a greve de 1961. Hoje, se nós quisermos férias em dobro, primeiro vamos ter que fazer uma greve pra depois fazer o projeto de lei no Congresso, senão não vai sair nunca".

De 53 até 64 existia no movimento operário uma liderança que, embora fosse criticada por muitos, defendia os interesses econômicos do trabalhador.

E existia uma liberdade relativa onde os dirigentes sindicais, em sua maioria, tinham condições de descer às próprias fábricas e discutir com os operários. Na época dos dissídios se fazia greve, mas era uma greve forçada, de fora para dentro, com piquetes. Não era preciso fazer piquetes em algumas fábricas onde a mão-de-obra não era especializada, como a Sofunje e a Aliperti. Era só a gente falar "amanhã tem que parar" que eles paravam, sem piquete, e até nos ajudavam a parar outras fábricas, de operários mais especializados, como era o caso da indústria automobilística. Essas fábricas eram mais difíceis de parar, porque os salários nessas empresas eram mais altos que nas outras. E os patrões diziam: "vocês não precisam fazer greve, porque o que foi decidido nós pagamos". Então, era muito difícil você parar uma Ford, uma General Motors, uma Willys. Isso era o movimento sindical. Hoje é totalmente diferente, pois a mobilização se inicia dentro da fábrica e a greve é, então, mais consciente que as anteriores.

"Abaixo a pelegada"

Na entrada do Sindicato, uma concentração de cerca de 200 metalúrgicos, praticamente todos identificados com a Oposição, acompanhavam os resultados urna a urna, cantados por um megafone. Duas faixas esticadas na Rua do Carmo reivindicavam "liberdade sindical" e "t berdade de organização e manifestação para os trabalhadores". A cada resultado favorável ao Joaquim, a pequena mesa respondia aos gritos de "roubo, roubo", "abaixo a pelegada".

O megafone lançava denúncias, como o fato de numa das urnas apuradas ter 95 votos favoráveis à Chapa 3, sendo que havia um abaixo assinado daquela fábrica com 97 nomes apoiando a Oposição Sindical. O comício exigia anulação das eleições.

Por volta de meio dia, os advogados apresentavam à imprensa mais um trunfo a seu favor. No dia anterior, Gilda registrou em cartório um docu-

mento, no qual afirmava ter recebido denúncia de que na urna 160 teriam sido colocados 85 votos para a Chapa 1; um voto para a Chapa 3, e sete votos nulos. Dito e comprovado. Quando a urna foi aberta, deu o seguinte resultado: 81 cédulas para a chapa 1, duas para a chapa 3, sete não votaram e três em branco, uma proximidade gritante.

Mais tarde, por volta das 15h, na porta do Sindicato, prosseguia monotonamente a fala do megafone, agora sem despertar o entusiasmo da parte da manhã. Quando mais uma vitória parcial do Joaquim ia ser anunciada, um dos componentes da Chapa 3 desce a escada esbaforido, toma o megafone e dá em primeira mão a notícia, que surpreendeu todo mundo: as eleições haviam sido anuladas.

Lá em cima, na sala de apuração, estava montado o rebu. Oswaldo Preus explicava o que tinha acontecido, cercado por muita gente. Nas urnas de número 1, 2 e 140, que ficaram na sede do sindicato, não havia lista de votantes.

Ali, poderiam votar em separado qualquer metalúrgico, que por motivos eventuais não estava na fábrica quando a urna itinerante passou, como os recém-desempregados, os encostados na Caixa, os em férias. Mas não era isso que ocorrera. Preus escolheu quatro nomes entre os votantes, e o nome deles não constava da lista oficial e nem tinha votado em separado. Quer dizer, era possível ele ter votado na fábrica e no sindicato ao mesmo tempo. Era possível ele não ser sequer membro do sindicato. Não havia jeito mesmo: era preciso anular as eleições.

Nos braços da massa, o delírio

A festa começou ali mesmo. Os advogados Marco Aurélio e Gilda, junto com o presidente Anísio, eram o centro das comemorações. Desceram todos, pelas escadas aos pulos, mas sem gritos. Na rua se escutava o coro: "abaixo o peleguismo", "liberdade sindical", gritado a todo pulmão pelos metalúrgicos que se concentravam ali desde cedo. Quando a turma de cima chegou na porta, foi o delírio.

A papelada de propaganda da Chapa 3 que fora apreendida pela diretoria do Sindicato e maldosamente atirada de cima do prédio, para aparentar a comemoração de uma vitória que não houve, agora era juntada e atirada no ar. Anísio pegou o megafone e iniciou um discurso emocionado exigindo novas eleições em 90 dias: "a roubalheira acabou". Mas não conseguiu terminar sua fala, pois foi carregado nos braços da massa, pela rua do Carmo agora.

No burburinho, um sindicalista de mais de 15 anos de lutas seguidas, 14 deles contra a intervenção na entidade desde 1964, chorou. Era Waldemar Rossi. O candidato a secretário Santo Conde lembrava no meio da euforia que com 27 anos de associado era a primeira vez que assistia uma anulação de eleições. O caldeiro Zé Pedro da Silva, líder da Oposição Metalúrgica de Osasco, que estava ali desde cedo, esperando ansioso os resultados declarou: "é uma vitória muito importante contra o peleguismo e a portaria 34/37 do Ministério. Agora, vai ser difícil para eles impedirem a fiscalização das chapas de Oposição".

Antonio Flores insistia em todos para deixarem a frente do sindicato, pois os pelegos eram capazes de numa hora daquelas aprontar alguma provocação: "o certo é reagrupar todo mundo longe dali e começar no mesmo instante a próxima campanha".

Pouco depois, a rua do Carmo estava praticamente deserta, forrada de papel picado - os boletins da Oposição Sindical. Só ficaram na entidade as autoridades, os advogados, e alguns representantes de cada Chapa, que ficaram para redigir a ata. "Contar a anulação de uma forma elegante", como assinou o procurador Preus. O que certamente não será possível...



E ele assinou o projeto exatamente da maneira como o sindicato dos metalúrgicos o encaminhou. Depois é que veio para ser votado no parlamento. E eu me lembro que a gente foi assistir a votação.

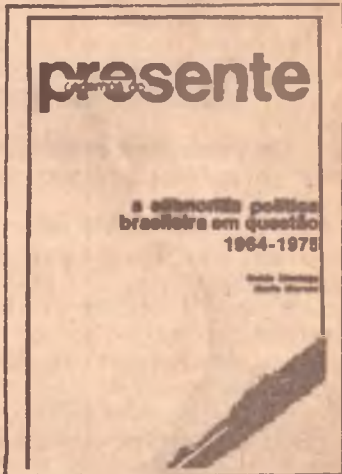
Aqui de São Paulo a gente foi pra Brasília, representando o trabalhador. Do Rio, também foi gente e também de todos os Estados. E eu ouvia dizer, lá em Brasília, que iam convencer o deputado Emilio Carlos pra ele fazer a defesa do projeto do 13º salário, porque senão ia ser reprovado pelos deputados. Eu não assisti a conversa, mas eu sei que teve os dirigentes sindicais e ministros que conversaram com ele pra fazer a defesa do projeto. Quando a gente estava assistindo, chegou um determinado momento em que o pessoal, os operários que estavam ali e os dirigentes sindicais já estavam loucos da vida, porque o cara só falava no nascimento do menino Jesus. E falou mais de seis horas! Parava, tomava café e falava.

Depois de ter contado toda a história

do menino Jesus, ele disse: "nesse momento eu quero apresentar, para que seja votado, o projeto do 13º salário da classe operária, que é pra classe operária poder festejar o nascimento do menino Jesus".

Assim mesmo o projeto venceu por 2 votos. Dois votos! Então você veja que, além da greve, ainda teve que haver um trabalho para o projeto ser votado.

Não é que aquele pessoal fosse contra o 13º salário, eles eram contra a greve. Queriam que saísse o 13º salário, mas que saísse através do canal legal. E qual é o canal legal? É o canal do Congresso, do Parlamento. Então, são esses problemas que também têm que ficar claros, porque senão fica parecendo que pessoas como o Luis Tenório de Lima foram contra o 13º. Ao contrário, ele sempre lutou na defesa do 13º, só que achava que deveria sair pelas vias parlamentares e não através de uma greve. Hoje, também, se nós quisermos férias em dobro, primeiro vamos ter que fazer uma greve pra depois fazer o projeto, senão não vai sair nunca.



que a Editora Aparte está lançando esta semana. Procure seu exemplar com os vendedores de "Em Tempo"

CONFISSÕES DO EX-CHEFE DO CENIMAR

Nelson Sarmiento, ex-chefe do CENIMAR em Minas Gerais, com outros órgãos de segurança e confessa sua desilusão

O envelope tinha a cara comum de outros tantos. Abri-o como quem abre um ofício burocrático qualquer, uma conta de luz. Sem mais nem menos. Sem expectativa. De repente, bato os olhos e agito-me: carta assinada por um dos mais notórios agentes da repressão de Minas Gerais, o mais público dos secretas mineiros desde 1964; carta de Nelson Sarmiento sobre matéria publicada no EM TEMPO nº 17.

Ele, o ex-Chefe do CENIMAR no Estado, ex-quase tudo em matéria de repressão - agora se declarando desiludido de tudo, dizendo que jamais foi um torturador, que jamais foi um "brain trust" (mandante) de torturas, que jamais... agora pedindo retificação da matéria de EM TEMPO. A carta do homem estava ali assinada, endereço e até identidade do remetente (nº M-20.988); mas nem assim desapareceu o grilo de nossa dúvida. Era preciso checar! Pois - entre outras coisas - Sarmiento se apresentava como alguém que hoje luta "desesperadamente por um lugar ao sol!"

Discutimos o tema, a possível trama. Hipóteses. Teses. Conjuntura. Tínhamos de ir além da carta, em conclusão. Os companheiros da diretoria do jornal me entregam a operação-Sarmiento: ir a Belo Horizonte para ouvir o cidadão, entrevistá-lo; e ele que há 14 anos havia me interrogado numa ameaça de IPM.

Foram mais de 30 horas atrás do personagem. Tá em casa? Não. No emprego da Secretaria de Administração? Nada. No sítio em Betim? Nada.

Só na quarta-feira pela manhã fomos (um amigo advogado e eu) achá-lo na casa de uma sua tia. Ele me reconhece e se admira, mas logo se abre todo: "Recebeu minha carta? Pois é isso! Tou às ordens para a entrevista". E depois: "Essa reportagem de vocês, o listão dos torturadores foi a coisa mais comentada aqui, foi uma bomba! Eu telefonei pra muita gente, pra muitos do listão... pra comentar. Mas eu não sou torturador, nunca fui! Posso comprovar!"

Conversamos cerca de meia hora para o esquenta, sem roteiro; depois ligo o gravador e ele aceita. O nariz pontiagudo, olhos fixos, cabelos de corte-militar, os cotovelos se apoiando sobre a mesa. Era o Nelson Sarmiento ali, confessando coisas que jamais imaginei ouvir da boca de uma das principais peças do golpe de 1964 em Minas Gerais.

Agora releio Frantz Fanon:

"Por outras palavras, nossos atos não cessam nunca de nos perseguir. Seu arranjo, sua motivação podem perfeitamente aparecer depois profundamente modificados. Não é esta uma das menores armadilhas que nos prepara a História..." (de "Os Condenados da Terra", para tentar entender Sarmiento e outros tantos personagens da matéria abaixo).

Jorge Baptista

Sarmiento; seu nome foi incluído numa relação de 233 torturadores brasileiros, a partir de um documento-denúncia assinado por presos políticos. Você era o nº 218 do listão de acusados como torturadores ou corresponsáveis por serviços a prisioneiros, conforme publicamos no EM TEMPO nº 17. Na última segunda-feira recebe-

mos uma carta com sua assinatura, sua carteira de identidade etc, referindo-se ao assunto. Tamos aqui para comentar sua carta, suas afirmações e negativas. Você nega que tenha sido um torturador. Primeiro então pergunto-lhe: que fatos levaram seu nome a entrar no listão?

- Eu entendo. Como homem do CENIMAR, eu tive minha parte na culpa na qualidade de diretor de um setor. Então é justo, eu acho que o jornal nesse ponto tá certo. Eu não eximo minha responsabili-

Folha-Corrida de um agente anticomunista



Nome completo: Nelson Galvão Sarmiento.

Nome de guerra: Sarmiento.

Idade: 51 anos. Local de nascimento: Rio de Janeiro (mas a família trouxe-o para Belo Horizonte ainda criança, aos 3 anos).

Atividades principais:

- Foi líder secundarista, integrante da União Colegial de Minas Gerais logo depois da Guerra. Já então mantinha relações com as altas rodas políticas do Estado e desenvolvia seus conhecimentos em matéria de informação e contra-informação.

- Em 1955, a convite do tenente-coronel José Lopes Bragança, foi incluído nos quadros de Agentes Voluntários de Informação do Estado Maior da 4ª DI do Exército em Belo Horizonte. Trabalhou ativamente na organização do fichário daquele setor e organizou uma equipe de agentes e sub-agentes recrutados em áreas estudantis e sindicais.

- Atuou depois em contato permanente com o Quartel General da ID-4, na gestão dos generais Lima Câmara, Punaro Bley e Carlos Luiz Guedes, em Belo Horizonte, e também com o general Olímpio Mourão Filho, em Juiz de Fora, mantendo-os sempre informados de todas as atividades políticas estudantis e sindicais - principalmente dos militantes comunistas.

- Foi convidado pelo almirante Carlos Pena Botto para dirigir a Cruzada Brasileira Anti-Comunista, seção de Minas Gerais, tendo participado do II Congresso Latinoamericano Anti-Comunista, no Rio (1962).

- A seguir, discordando dos métodos - que ele classificou como "infantis" - da propaganda anticomunista, desligou-se da Cruzada para organizar a Frente Mineira Anti-Comunista, sob a presidência-de-honra do coronel José Lopes Bragança. Não satisfeito com a eficácia desta Frente, transformou-a num órgão destinado especificamente aos serviços de inteligência, de atuação semi-

clandestina: o chamado Bureau de Informações Políticas (BIP). Este órgão passou a agir em íntima colaboração com os órgãos de segurança nacionais e estaduais. O BIP promoveu uma forte infiltração no Partido Comunista Brasileiro - PCB -, em sindicatos, entidades estudantis, inclusive entre lideranças das classes empresariais.

- Durante os preparativos para o golpe de 1964, o BIP - sob o comando de Sarmiento - foi o braço direito dos generais Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes, colocando-os a par dos acontecimentos políticos nas áreas civis e dentro dos próprios quartéis, tal o seu poder de infiltração.

- Após o 31 de março, durante oito meses, ele e seus principais auxiliares trabalharam como assessores do Promotor-Militar Joaquim Simeão de Faria Filho, da 4ª Região Militar - em Juiz de Fora -, funcionando na orientação e encaminhação de IPMs feitos em todo Estado.

- A seguir, por conta de divergências internas nos serviços de segurança, o então tenente-coronel Edival Alves Pimenta, ao assumir o setor de informações da ID-4, vindo do Rio de Janeiro, determinou a desativação do BIP. Mas, logo em seguida, o Ministério da Marinha convidou Sarmiento para dirigir a equipe do Centro de Informações da Marinha em Minas Gerais - o CENIMAR. E Sarmiento aceitou "muito honrado", segundo suas palavras.

- Informações do próprio Sarmiento: "A eficiência do CENIMAR foi logo notada e temida pelos inimigos da revolução e invejada por alguns órgãos de segurança, principalmente a 4ª RM e ID-4 e pelo SNI. Em contrapartida teve o decisivo apoio da Polícia Militar, da Polícia Federal e do DOPS, nas pessoas do coronel Sílvio de Sousa, Dr. Emílio Romano e Dr. Fábio Bandeira de Figueiredo. E a luta nos bastidores entre o Exército e a Marinha acabou levando o CENIMAR a suspender as suas atividades em Belo Horizonte, em fins de 1968".

te, muito elemento de esquerda. O Tinga Rocho, por exemplo, líder camponês do Vale do Mucuri, de Teófilo Ottoni, ele esteve preso no DOPS em 1964, chegou lá com duas costelas quebradas. Eu cheguei lá e pedi imediatamente para o hospital curar a fratura dele. Ele me disse: "Me deram coronhadas na costela". Eu sempre fui um cara tranquilo! Todos os presos que me conhecem sabem que mesmo depois da revolução, com toda a participação minha eu nunca andei armado, nem um canivete em eu carreguei no bolso. Sou um cara que tenho tranquilidade nisso. No período revolucionário eu usava arma naturalmente, por uma questão de defesa, mas nunca me precepei. Eu não tenho o problema do

torturador. O que me torturou muito foi meu nome ter sido lançado juntamente com aqueles elementos (na relação dos 233). E talvez eu seja o único de toda aquela relação, pode ser que haja outros, mas que eu saiba não, que tem condições de fazer um pedido de retificação da notícia. Posso dar-lhe uma relação de presos políticos que estiveram comigo e que comprovam o que digo. Nunca torturei. Sou contra. Fui um homem de inteligência, de informação.

- Quais então os seus métodos de trabalho? Além de informar, sabe-se que você também realizou prisões, interrogou, enfim...

- Nosso interesse eram as provas materiais, não os indivíduos. Não havia necessidade de prender, espancar, torturar, porque nós tínhamos a documentação, as provas. Em 1964, nós chamávamos os indivíduos pra depor por edital e eles se apresentavam. Mediante as provas os indivíduos não tinham argumentos. Nosso processo foi assim diferente, posso comprovar, posso dar uma lista de estudantes, líderes sindicais que foram presos na época e todos são testemunhas do comportamento que tive com eles. Tratei todos como gente, com humildade, como eu gostaria de ser tratado, entende? Agora, depois foi que começaram as torturas e tal, ação mais radical. Porque houve radicalização de parte a parte, né? Então comecei a divergir, pois nunca considereei válida uma confissão de um torturado, não só juridicamente mas logicamente também. Comecei a divergir de certos setores da repressão, tive alguns atritos com uns coronéis, elementos encarregados de IPMs... Depois houve extravasamentos naturais nas capturas, principalmente porque partiam de policiais que não tinham conhecimento político, soldados de polícia e mesmo investigadores que nem bem sabiam o que estavam fazendo...

- Mas havia pessoas que também no meio, pessoas que sabiam das coisas, né? Um delegado como Thacir Sia, não? (Thacir é o nº 55 da relação dos 233).

- Bom. Problema do Thacir é diferente. Ele é consciente. Ele era delegado de repressão, naturalmente qualquer ação partida dele já era diferente, é outra coisa. Não defendo nem ataco, acho que qualquer ação partida dele foi consciente.

- Tá. Você sabe perfeitamente que se torturou muito em Minas Gerais, assim como em outros Estados. Como elemento ativo da repressão, como você analisa a lógica da tortura? Qual a eficácia deste método?

- Olha, vou dizer sinceramente. Eu não consigo compreender... Eu sou de fatos, mas assim inexplicáveis, de atitudes de policiais, de encarregados de inquirições, de oficiais do Exército e da Polícia, todos contra presos políticos; atitudes assim bárbaras! Não tinha necessidade. Deviam prender. Se o sujeito tá preso está à disposição da autoridade, pronto, não vejo razão pra praticar barbaridade. Mas a

eficácia da tortura de uma forma ou de outra há, pois o sujeito conta o que sabe e o que não sabe. Então, do ponto de vista do torturador há eficácia. Tou falando aqui francamente, tou me colocando no lugar do torturador e do torturado; tou analisando. Não estou defendendo ninguém. Em curto prazo então a tortura é eficaz, mas a médio e longo prazo não, porque a coisa tende a se deteriorar, não é verdade? Tem o problema psicológico que é muito mais importante que a ação física; o sujeito fica estourado. Mas desde que o homem existe, existe tortura! Todos os líderes do mundo foram torturados, foram presos políticos, né? Eu, do ponto de vista pessoal, por indole, por princípio, sou contra qualquer processo violento. Acho o processo inteligente mais eficaz. Um processo que eu soube que usaram aí muito foi o do choque-elétrico, da chamada cadeira-elétrica, que é também violento. Infelizmente, a tortura é difícil de evitar. Eu tive parentes aí, dois primos que foram torturados (Rubem Carlos e Sérgio). Não tive condições de interferir porque foi exatamente na época que eu estava em divergência com o pessoal.

- Como foi que estourou essa divergência? Pode falar...

- Na questão do BIP - Bureau de Informações Políticas) elegeram-se coisas infantis. Que nós estávamos manjados com a revolução. Mas percebemos claramente que não era nada disso. Era um problema de luta pelo poder. Eramos de confiança do general Mourão Filho e do general Carlos Luiz Guedes. E éramos elementos inconvenientes para o esquema que estava se montando no país. Então fomos afastados...

- Por que você e seus amigos se tornaram "inconvenientes"?

- Até hoje não sei bem a razão. Não me explicaram! Não sei porque desmancharam o trabalho feito pelos generais Guedes e Mourão, o trabalho da ID-4. Não sei. Houve tentativas para desvendar isso, mas até hoje - que eu saiba - só sei que depois da ida do general Guedes para São Paulo e do general Mourão para o STM, começou aqui a luta pelo poder e a dissolução da máquina montada em 1964. Bom. No final de 66, quando terminamos o trabalho de assessoria da Auditoria da 4ª Região Militar, fomos desativados por ordens superiores. Aí me senti muito magoado, porque afinal depois daquela atividade toda pela revolução nós fomos assim desativados sem explicação lógica... Então ficamos aborrecidos e nos afastamos. Nessa ocasião é que o Ministério da Marinha me convocou para dirigir o núcleo da Marinha aqui. E aceitei: primeiro me sentindo honrado; segundo porque eu tava também querendo me vingar do que foi feito comigo em setores do Exército - não todo Exército, claro! Tenho bons amigos no Exército, generais, elementos que me defendem e tal. Na luta pelo poder, na luta do mar com as pedras o caranguejo é que leva a pior. Bem. Fui então dirigido o CENIMAR no Estado, reativei meu grupo que se mantinha infiltrado e assumimos.

A tortura dos torturadores

Casos do Brasil: Sarmiento, você que conhece esse pessoal que se meteu com as torturas, que assumiu mesmo a coisa... me diga: como esse pessoal se sente depois de seus atos? Quais suas reações psicológicas, quais?

- Olha, que eu tenha conhecimento, aqui fora naturalmente encontrei alguns deles, conversei com alguns deles, eles são - primeiro - são elementos que têm qualquer recalque, frustração. Então usam aquilo pra desabafar aquele recalque, aquela frustração, porque se você analisar um por um dos torturadores, se fizer uma psico-análise desse pessoal, vai ver que eles têm problemas, ou de ordem emotiva, sexual, qualquer coisa. Mas você encontra gente para tudo, inclusive pra verdugo.

- Há quem diga que o torturador passa depois a torturar-se, não é?

- Ah! eu não queria estar na pele deles não, porque primeiro tem a consciência, um negócio terrível, corrói! Segundo lugar é aquele eterno medo, porque um elemento que tortura um cidadão, ele fica pensando: esse cidadão deve ter pai, deve ter irmãos, ter parentes, e tem ele mesmo. Porque ele hoje tá no cárcere, mas amanhã a hora que ele sair ele vai acertar suas continhas. E quantos, quantos não estão nessa

fila pra acertar as contas com os torturadores, né? Então a vida deles é um inferno, tremendo inferno! Sei de um caso, por exemplo, do tenente Del Menezzi, um dos torturadores de Belo Horizonte. Eu o conheci na Secretaria de Agricultura. Ele foi servir o CPOR e como estagiário R-2, ele se meteu nisso. Del Menezzi é um cara que eu tive dó dele! Depois ele saiu do Exército. Ele teve de ficar muito tempo trabalhando dentro do DOPS e dentro do SNI, morando lá dentro, pois ele não saiu pra rua que ele tinha medo até da sombra! Essa turma não põe a cara pra fora de jeito nenhum. O Del Menezzi eu encaro ele dentro daquele esquema do Gomes Carneiro (capitão), ele era assim mais intelectual e o Marcelo Paixão (também tenente R-2) era mais pau, como também era Paulo Vaz de Melo, aquele que tem uma cicatriz, eu soube que ele fez torturas aí violentas...

Casos da Argélia: Extraído do livro de Frantz Fanon, Os Condenados da Terra:

"... a gente tem vontade de dizer a eles que se tivessem um pouquinho de compaixão de nós, fariam sem nos obrigar a passar horas para lhes arrancar as informações, palavra por palavra. A todas as perguntas que lhes fazemos, respondem: "não sei". En-

te, muito elemento de esquerda. O Tinga Rocho, por exemplo, líder camponês do Vale do Mucuri, de Teófilo Ottoni, ele esteve preso no DOPS em 1964, chegou lá com duas costelas quebradas. Eu cheguei lá e pedi imediatamente para o hospital curar a fratura dele. Ele me disse: "Me deram coronhadas na costela". Eu sempre fui um cara tranquilo! Todos os presos que me conhecem sabem que mesmo depois da revolução, com toda a participação minha eu nunca andei armado, nem um canivete em eu carreguei no bolso. Sou um cara que tenho tranquilidade nisso. No período revolucionário eu usava arma naturalmente, por uma questão de defesa, mas nunca me precepei. Eu não tenho o problema do



CHEFE DO CENIMAR

se defende de acusação de torturador, revela suas divergências com os rumos atuais do movimento politico-militar de 1964.

- E. E o CENIMAR aqui parece que foi a ponta-de-lança da repressão entre 1967/68, sobretudo no movimento estudantil, não?

- Fomos. Nossa atividade principal estava no movimento estudantil. Na época, a repressão já havia desarticulado o movimento sindical, operário, etc. Então, o único movimento em ação latente era o dos estudantes. Então coloquei o meu pessoal nesse setor, a estrutura do CENIMAR foi quase toda no meio universitário. Acompanhámos tudo do movimento estudantil, reuniões, congressos, passeatas, greves; acompanhávamos e registrávamos. Mantínhamos o governo informado de tudo, de tudo. Aliás, o governo perdeu muito com a desarticulação de meu grupo - do CENIMAR.

- E a prisão do edifício Codó? Aquilo foi obra do CENIMAR, não? Parece que foi você quem comandou a operação...

- Ali foi um dos principais trabalhos do CENIMAR. Foram detidos vários elementos, eles estavam lá interpretando as orientações de uma contra-revolução, interpretando trabalhos (textos) vindos do Uruguai. Estes foram os primeiros documentos que saíram nas mãos das autoridades revolucionárias sobre a coisa, pelo que consta. Tanto eram importantes os documentos que quando da prisão do pessoal no Codó, vieram aqui agentes do Conselho de Segurança Nacional, do SNI nacional etc., vieram conhecer o material. Depois o Dr. Fábio Bandeira, então diretor do DOPS, me deu o devido valor: ele declarou que a operação-Codó foi trabalho do CENIMAR. Como de

fato foi! Mas isto bastou pra entornar o caldo, pois éramos um grupinho pequeno e fizemos frente ao SNI, ao DOPS, ao próprio Exército, à Polícia Federal. Daí veio a coisa dos concorrentes, da ciurmadá!

- Como foi que você pegou a pista pra operação-Codó? Como funcionou a sua inteligência nesse caso concreto? Você pode descrever os lances da ação?

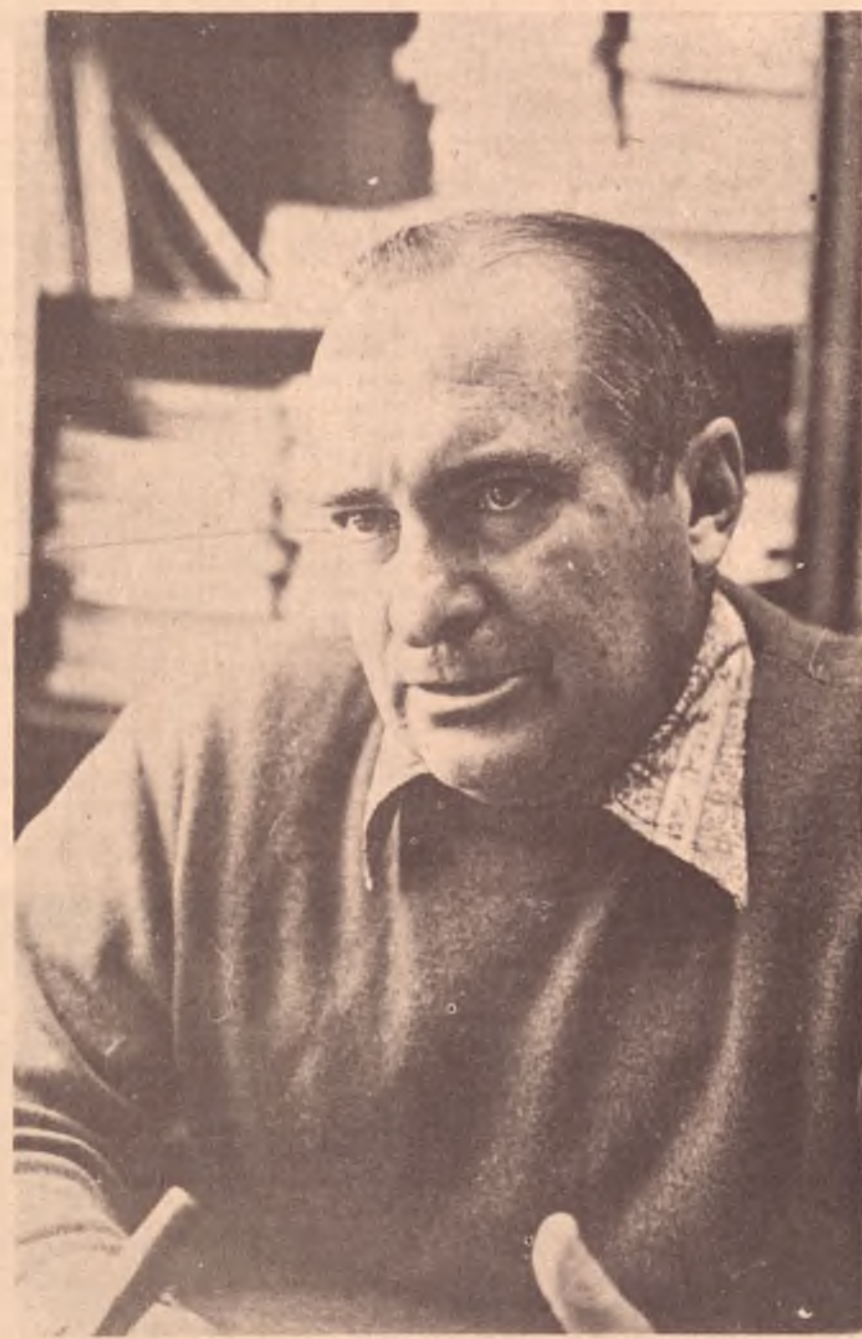
- Bem. Tínhamos elementos infiltrados em várias áreas. Então soubemos que iria haver a reunião do edifício Codó, tal hora etc. Reunião sobre documentos importantes vindos do Uruguai. Então fomos lá e não teve problemas, nem violência. Esse trabalho de inteligência no mundo todo, tanto no ocidente como no oriente, mudam-se os nomes mas os métodos são os mesmos. Usa-se o movimento de frente legal, que é a atividade para aparecer e para recair sobre ela todas as atenções. E usa-se o esquema de infiltração dentro dos movimentos. A infiltração é feita por elementos radicados, militantes etc. Porque é uma lógica: eu não iria apresentar como agente um elemento quemadado. Se queremos conhecer o leão temos que entrar dentro da jaula; não é de fora da jaula do leão que se vai conseguir alguma coisa, é dentro dela.

Fado Tropical

Sabe, no fundo eu sou um sentimental. Mesmo quando minhas mãos estão ocupadas em torturar, espanar, trucidar, Meu coração fecha os olhos E sinceramente chora. Meu coração tem um sereno jeito E as minhas mãos o golpe duro empresto De tal maneira que depois de feito, Desencenado eu mesmo me contento. Se trago as mãos distantes do meu peito E que há distância entre intensão e gesto, E se o meu coração estreito Me assombra a súbita impressão do incesto. Quando me encontro no calor da luta Ostento aguda e empunhadora proa, Mas o meu peito se desabota. E se a sentença anuncia bruta Mais que depressa a mão cega executa. Pois que senão o coração perdoa... (Chico Buarque - Ruy Guerra)

- Naquela época comenta-se também sobre uma forte presença da CIA em Belo Horizonte. Naquela época e hoje também, claro! Quería saber das relações entre a CIA e o CENIMAR, enfim, as atividades e o estilo - da CIA. Você sabe?

- Eu sei. Tenho conhecimento, pois eu conheci perfeitamente a famosa CIA, intimamente, eu fui um dos primeiros brasileiros, um dos únicos, a entrar no QG (Quartel General) da CIA em São Paulo - antes de 64. Pra entrar lá fui submetido a três testes de detentor de mentira. Eu era tido como elemento de absoluta confiança deles; só que eles esqueceram que eu era verde-amarelo



- Um minuto: você disse que não recebia soldo como agente, como só fazia trabalho voluntário! Como é? Quer dizer... De onde você tirava dinheiro para as suas operações, seus arquivos e tudo mais?

- Ajuda monetária nunca tivemos, não. Nunca recebemos um tostão de soldo como gratificação ou qualquer coisa. Alguns elementos do nosso grupo, os de mais gabarito, eram credenciados pelo Exército, e assim tínhamos uma série de vantagens, assim em termos de poder; se bem que nós não utilizávamos disso porque éramos muito idealistas, sabe? Infelizmente não tivemos tempo de utilizar isso como outros utilizaram pra interesses particulares. Nós - antes - contávamos com apoio de um grupo de industriais, encabeçados pelo falecido Dr. Antonio Mourão Guimarães, presidente do Banco de Minas Gerais. Então Dr. Antonio, pessoa de família tradicional, ele pelo parentesco com o almirante Pena Botto, ele nos fornecia uma verba mensal para o aluguel da sala do escritório aberto do BIP. Porque funcionávamos com um escritório aberto e outros escritórios sigilosos; o aberto era pra contatos com o público, relações públicas, jornalistas, etc.

- Você foi também convocado para depor no IPM do então coronel Octávio Aguiar de Medeiros, hoje general Medeiros - Ministro Chefe do SNI. Tenho aqui o xerox da intimação, datada de 1969. Que tinha a ver você neste IPM instaurado para apurar a subversão em Minas?

- ...eu fui intimado, intimado não, dois policiais foram na minha casa e me levaram lá com a intimação. Se bem que eu não sei direito onde o coronel Medeiros queria chegar comigo. Ele me perguntou se eu conhecia determinados cidadãos de esquerda; uns eu conhecia e disse. Eu entendi que eles queriam me pegar pelo pé em alguma coisa, entende? Quanto ao problema do arquivo não pudeam me pegar, acredito que não. Houve aquela denúncia de que eu teria entregue o arquivo para a embaixada russa; mas eles sabem que não. Eu acho aquilo completamente... parece que houve uma tentativa assim de me envolver em qualquer setor, mas não puderam.

- Dizem que você tinha um arquivo mesmo, que era o mais completo dos órgãos de informação política em Minas Gerais. Dizem ainda que esse arquivo foi um dos motivos dos desentendimentos entre alguns órgãos e você, pois que você mantinha em casa o dito arquivo. É verdade?

- É. Tinha. Tinha um arquivo pessoal em minha casa e uma parte dele em outros lugares: Tínhamos fichas de todos os militantes da á-

rea estudantil, sem exceção, nomes registrados, catalogados e muitos até fotografados; a participação deles, implicações em vários esquemas de esquerda, origem de todos, pessoal do PC, AP, Colina e de outros, tudo! Tinha mais de cinco mil nomes fichados (fruto de um trabalho iniciado na década de 50). Nosso grupo cobria todo Estado, tínhamos filial em Juiz de Fora, agências em Uberaba, Governador Valadares etc, e a central em Belo Horizonte. Quando o CENIMAR foi desativado, o coronel Pimenta - da ID-4 do Exército - comentou com oficiais que ele estava preocupado com esse arquivo porque ele poderia cair nas mãos da contra-revolução, da esquerda. Então ele tomou iniciativa de fazer uma requisição do arquivo. Então o coronel Pimenta mais o Gilberto Pessoa - do SNI, os dois se juntaram e se juntou também a eles o Robert Fambri - vice-cônsul americano e da CIA - e então orientaram o DOPS. Ai o DOPS mandou agentes em minha casa e eles levaram o arquivo com móveis e tudo. Varejaram a minha casa, procuraram até estação de rádio na minha casa. Aliás, eu fui também preso, prisão domiciliar, recebi ordens que ficasse em casa aguardando e tal. Após isso, fui levado algemado para o Rio de Janeiro. Elementos do próprio CENIMAR me levaram. E lá me disseram que estava eu acusado de que teria entregue os meus arquivos para a embaixada da União Soviética! Um absurdo. Ai disse não, que era simples, que podiam telefonar pro DOPS pro Dr. David Hazan (nº 165 da relação dos 233) que o arquivo estava lá. Telefonaram. Foi esclarecido, pediram mil desculpas e tal, mas... Hoje não sei o destino do arquivo. Ai passei a sofrer perseguições, a ser marginalizado, injustiçado... Por tudo isso, hoje estou tão cético, tão desiludido disso tudo; não acredito!

- E os tão proclamados "princípios da revolução de 31 de março"?

- Eu também fiz a revolução, eu participei de 64. Eu entendo que revolução é mudança de estrutura. Do ponto de vista pessoal, nos saímos de um governo desmoralizado para um governo militar que depois apelou para a corrupção; a coisa tá seríssima. Está pior do que antes. Uma vez, eu até tive comentando com o general Carlos Luiz Guedes, quando ele ainda estava vivo: "O-lha, general, nós devíamos chamar o Jango de volta e pedir desculpas a ele!" - porque a coisa enveredou assim por um lado desmoralizante..

(As respostas do entrevistado, bem como as perguntas do entrevistador, que se encontram em fita-gravada, não foram publicadas integralmente. Há mais fatos e detalhes no depoimento original de Sarmento).

Belo Horizonte, 28 de junho de 1978. Ilmo. Sr. Jornalista Robinson Ayres DD, Diretor - Responsável do semanário "EM TEMPO" SÃO PAULO

No nº 17, de 26/6 a 7/7 de 1978, esse periódico sob a epigrafe - TORTURADOS E TORTURADORES - estampa tremendo libelo que, merecendo aprovação e respeito unânimes, teve ampla repercussão em todo o Brasil.

Na página nº 7, item 2, incluíram-me no rol daqueles que eram cérebros pensantes de torturas e, como tais, mandantes de tão nefandas práticas, de preferência contra presos políticos.

Na mesma página 7, sob o nº 218, acho-me classificado como agente do CENIMAR e do antigo DVS (hoje DOPS), desde 1964.

A bem da verdade, não nego haver tomado parte na Revolução de 1964 e colaborado com os serviços de informações do Exército e da Marinha, como idealista, sobretudo brasileiro que pensava num Brasil digno de seus filhos.

O meu desentanto foi, como o de toda a Pátria Brasileira.

Não me achava de acordo com os maus tratos, torturas ou espancamentos, levados a efeito por alguns órgãos de repressão, contra presos políticos, na sua maioria composta de jovens, tocada pelos mais puros ideais.

Em 1966 solicitei a Auditoria da 4ª Região Militar clemência para os estudantes mineiros indiciados nos IPMs da Revolução. Junto xerox de "O DIÁRIO", desta Capital, datado de 2/2/66, contendo as provas da minha afirmação.

Até o ano de 1968, ocasião em que entrei minhas atividades à frente da Equipe do CENIMAR, em Belo Horizonte, jamais utilizei de meus poderes para torturar ou mandar torturar qualquer preso político. Sempre fui homem de informação e jamais fui policial ou verdugo de cárcere ou quartel. Disto eu tenho a minha consciência tranquila e nunca tive receios de vinganças; por isso ando despreocupadamente.

A prova disto foram as minhas divergências com alguns setores da Informação em Minas Gerais que foram aumentando, até quando, eclodindo, mais tarde culminaram por uma intimação do Cel. Octávio de Aguiar Medeiros, encarregado de IPMs em Belo Horizonte, em 1969, para que eu depusesse no quartel do CPOR.

Junto cópia xerográfica da intimação, datada de 2/5/69, para "prestar esclarecimentos" sob as penas da Lei. Não sei se a ordem de coisas implantada em 1964, está fraca ou forte, movimento do qual participei por puro idealismo.

Sinto-me e disto sei desiludido acompanhando todos os brasileiros. Mercê de Deus, nunca fui torturador - o que, aliás, reconhece o seu impavido Semanário - e, tampouco, "brain trust" de torturas, como estou nele, indevidamente, apresentado.

Sou um homem devotado aos problemas da minha família, das minhas obrigações como funcionário público estadual, lutando desesperadamente por um lugar ao sol.

De acordo com a Lei, peço a publicação da presente. Agradecido, subscrevo-me atenciosamente

Nelson Sarmento

e não vermelho-azul-e-branco. Mas a CIA entre 1967 e 68 dominou bastante aqui em Belo Horizonte. Te dou uma prova: aquela bandeira americana que foi queimada na escadaria da Igreja São José saiu do Consulado Americano, levada por elementos da CIA. Os quadros da CIA são altamente especializados, altamente remunerados, eles não pegam a boiada, pegam o dono da boiada. Querem (como agentes) quem tem poder de massa.

- Até 68, até o AI-5, parece que os órgãos de segurança atuavam de modo bastante descoordenado, sem unidade e mesmo em divergência - como você revela. Apesar disso, todos esses órgãos tinham um objetivo comum, que seria o de identificar a combater os movimentos anti-regime, os protestos populares, as reivindicações; enfim defender a segurança do regime. Como explicar então as divergências entre os órgãos, as brigas, se os objetivos eram idênticos?

- Naquela época não havia uma coordenação dos órgãos; depois foi que o governo acordou pra isso. Naquela época cada um queria aparecer, Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia do Estado. Era um salve-se-quem-puder!

Quem tinha melhor informação é que chegava lá ao Conselho de Segurança Nacional. Quem chegava primeiro era privilegiado, recebia os louros da vitória, as recomendações, folha-de-fé-ofício... No nosso caso não, porque éramos voluntários, atuávamos apenas como credenciados junto aos órgãos do governo - mas sem soldos. Em dezembro de 68 a Marinha suspendeu as suas operações aqui e suspendeu pra não entrar em choque com o Exército. Eles tavam numa encruzilhada: ou eles - da Marinha

- me apoiavam e entravam em choque, ou então saíam diplomaticamente. Sairam então. Depois, já em 69, o Dr. Emilio Romano, delegado da Polícia Federal em Minas, me convidou pra trabalhar lá e ajudá-lo nos seus arquivos. Ele fez um ofício me requisitando ao governador Israel Pinheiro, pois eu era funcionário do Estado. Ah! Mas quando o Gilberto Pessoa, diretor do SNI, e o coronel Alvares Pimenta - da ID-4 - souberam disso, foram lá e desaconselharam o governador.

A consciência de um agente

- Você afirmou que trabalhar como agente de informação é como se fosse uma cachaça. Você trabalhou como agente por ideologia?

- Eu sigo o mundo na sua função política, ideológica. Ele tende realmente para o socialismo. Não para o socialismo marxista, que hoje até o próprio marxismo está sendo refutado pelos próprios grandes teóricos marxistas. Agora, na evolução política eu acredito. E natural que os países todos vão acabar no sistema socialista. Não no internacional socialismo. A prova está em que o próprio governo Geisel tem adotado teses socialistas, inclusive avançadas, que ninguém podia supor que a revolução de 64 podia adotar: no tocante à política externa, no aspecto das leis trabalhistas para o homem do campo, se bem que ainda deixa a desejar, mas não deixa de ser evolução.

- E a propriedade privada? - A propriedade privada, a meu ver, ela tem que ser um pouco re-freada. Eu não posso parodiar o Lenine, que diz que a propriedade privada é um roubo. Mas no íntimo, no íntimo, não deixa de ser um roubo. Eu sou proprietário também, eu sei. Agora, a luta primordial de qualquer país do mun-

do hoje é contra o poder econômico, principalmente contra o poder das multinacionais que tá afetando todo mundo. Eu não sou radicalmente contra a propriedade, mas também não sou radicalmente a favor. Eu não adoto a teoria marxista.

- O que você acha da TFP? - O grupo da TFP, esses estão realmente defendendo o que é deles. Bom, esse grupo, não sei porque cargas d'água, nunca foi muito simpático comigo não, sabe? Logo depois da Revolução o Plínio Correia de Oliveira fez uma conferência em BH. Então foram convidados os líderes revolucionários da época, o general Bragança, general Guedes, Mourão Filho, e o meu nome ficou de fora. Na reunião uma pessoa perguntou: por que vocês não convidaram o Sarmento? Ai responderam: ah, desculpe, mas o Sarmento tem idéias socialistas.

- Você afirma que o mundo evolui para o socialismo, mas não para o socialismo marxista, para o internacional socialismo, como diz você. Evolui então, pra que tipo de socialismo? - Teóricos do nacional-socialismo como Alfred Rosenberg, Nietch, Oswald Spengler - autor de "Decadência do

Occidente", eu li e gostei. Depois andei lendo "Minha Luta", do Hitler, mas este não é um livro doutrinário. As teses fundamentais do nazismo eu admito, só não admito os desacetos que aconteceram já no fim da guerra. O campo de concentração é justificável, até certo ponto, mas aquelas atrocidades, aquilo já passou da conta. Se bem que os alemães tinham as suas razões para fazer aquilo. Não sou contra o judeu, homem. Sou contra os judeus do sionismo porque o sionismo é o contraforte do capitalismo internacional. Aliás, o Brasil votou contra a tese do sionismo lá na ONU. Isso valeu para uma série de pressões e sanções contra o governo Geisel. Eu não sou defensor do governo Geisel, mas em política internacional concordo com ele, tá certo:

- Você está com Figueiredo? - Não estou apoiando ninguém. Acho que tanto Figueiredo quanto Bentes são frutos da mesma cloaca. Eu não vejo nenhuma possibilidade assim de melhoramento do país em termos concretos. Eu acho que eles estão é salgando carne podre. A crise maior do Brasil é de liderança, não de termos liderança, nem de um lado nem de outro. Nas gerações passadas nós tínhamos líderes de massa.

1969: o coronel (hoje general) Medeiros - substituto do general Figueiredo no SNI - convoca Nelson Sarmento para depor.

MINISTERIO DO EXERCITO
1º EXERCITO
4ª RM - 4ª DI - ID/4
CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA
INQUERITO POLICIAL MILITAR

INTIMAÇÃO

OCTAVIO AGUIAR DE MEDEIROS, Coronel, Encarregado de um Inquérito Policial Militar, determina a NELSON SARMENTO .x.x .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x residente Instituto Agronômico .x.x Horto Florestal .x.x.x. que compareça, sob as penas da lei, no dia 26 de maio .x.x.x.x de corrente ano, às 10 horas, no quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, à rua Juiz de Fora nº 990, bairro Barro Preto, a fim de prestar declarações.

Belo Horizonte, MG, 26 de maio de 1969.

OCTAVIO AGUIAR DE MEDEIROS - CEL
Enc do IPM

RECEBI:-
Recebi a 1ª Via da presente, em 26 de maio de 69.
Nelson Sarmento

IDÉIAS DO EXÍLIO

É hora da Democracia Cristã?

A Igreja e a rearticulação partidária, as possibilidades de formação de uma Democracia Cristã no Brasil e a superação da herança populista no movimento popular são temas desta entrevista de Paulo J. Krischke, um exilado político brasileiro que vive atualmente no Canadá e prepara uma tese sobre a Igreja e a política no país.

Foi concedida recentemente à rádio e televisão holandesa e o texto que segue resume as idéias principais.

Diz Krischke: "setores da Igreja tem sido chamados a cumprir funções de quase-partido, para ajudar a superar nossas crises mais ou menos crônicas, e a tornar-se força política e ideológica auxiliar ao movimento popular, porque este não encontra meios próprios de expressão".

Como você vê a Participação da Igreja na discussão atual sobre uma possível abertura democrática e reforma partidária no Brasil?

Já existe presente na vida brasileira toda uma realidade de forças democráticas; é a partir dela que se constrói a democracia, não a partir de idéias. Essa realidade é a luta cotidiana do povo brasileiro, as manifestações constantes de sua autonomia frente ao regime militar. Neste contexto está a Igreja Católica; ninguém duvida da sua importância na vida política nacional. Tanto é assim que muitos dos que estão tratando de encontrar saídas políticas e partidárias estão também tratando de conseguir uma aliança com a Igreja, ou pelo menos a sua neutralidade complacente. E a história do Brasil demonstra que a Igreja — ou pelo menos seus setores mais ativos — tem se prestado no passado a ambos os tipos de papel político, muitas vezes junto às classes dominantes.

Você pensa então que os problemas políticos do País se devem muito à influência negativa da Igreja?

Não é bem isso. Os liberais do Brasil sempre têm dito isso acerca da Igreja, mas na verdade se poderia dizer até o contrário, ou seja, que a Igreja sempre tomou uma relevância tão visível e um perfil político tão marcado em nosso país, simplesmente porque até hoje não se conseguiu uma solução nacional para certos problemas políticos básicos, como a organização interna e o

acordo externo entre os setores fundamentais de nossa sociedade. A Igreja — ou setores da Igreja para ser mais exato — tem sido chamada, muitas vezes "a contragosto" a cumprir funções de "quase-partido", para ajudar a superar nossas crises mais ou menos crônicas, e a tornar-se força política e ideológica auxiliar ao movimento popular, porque este não encontra meios próprios de expressão.

É necessário ver a questão da Igreja não apenas como instituição, mas também sua presença como "religião" ou ideologia, no meio de uma sociedade com poucas ideologias não-religiosas que tenham uma aceitação massiva. E isto, diga-se de passagem, é parte do problema que mencionava, da ausência de unidade interna e acordo externo entre as classes sociais brasileiras. Quando não existe uma "vontade geral" um acordo dentro da sociedade, mesmo que seja um arremedo de tipo populista, então a religião passa a cumprir funções políticas importantes, como agora na luta pela democracia.

O problema central parece ser o das relações entre a Igreja como instituição e a "religião" dos seus setores mais ativos politicamente. Aqui surge principalmente a questão partidária, e como se relaciona com a Igreja, como instituição e como "religião". Pois os homens, como dizia John Locke "não são anjos": por mais religiosos que sejam, necessitam de uma expressão partidária que canalize e oriente sua

participação política em termos práticos. Ora, quando vemos o passado político brasileiro, logo concluímos que a participação política dos setores mais dinâmicos da Igreja nunca passou por uma instituição partidária própria, pelo menos a nível nacional. Ou, para dizer de outro modo: os partidos que têm recebido a adesão dos cristãos não têm sido "partidos cristãos" como em outros países, ou pelo menos não conseguiram afirmar nacionalmente esse caráter. É interessante, no entanto, que os mesmos bispos brasileiros que sempre se negaram a criar um partido católico, mais de uma vez assumiram perante o Estado a "representação moral e espiritual" da nação como um todo, especialmente nos momentos agudos de crise — (veja o caso do Cardeal Leme durante o Estado Novo. E a Igreja sempre organizou instituições para-eleitorais e para-políticas, como a Liga Eleitoral Católica, a mesma Ação Católica e outras, que buscavam orientar e influenciar o cenário político desde "acima e além" da política partidária — para usar as próprias palavras do Cardeal Leme. Eu acho que é essa uma tendência bastante generalizada entre a liderança da Igreja no Brasil: a de usar a sua posição hierárquica e a influência institucional como fator de representação política e isto tanto entre os setores direitistas como entre os demais setores.

Por outro lado, vemos também — e aqui entra o assunto da religião, diferente da instituição — que muitas vezes as autoridades eclesásticas têm

apoiado implicitamente — e outras vezes até abertamente — as opções políticas partidárias de caráter "pessoal" de setores importantes da Igreja. Estão aí os casos históricos e comprovados, desde o Centro Dom Vital junto ao Integralismo, até as alianças janistas da Democracia Cristã de São Paulo, para não falar nas brotações revolucionárias da Ação Católica dos anos 40.

Se poderia dizer então que a Igreja não precisa formar um partido, porque ela mesma funciona como um partido?

Isso depende de que você entende por "partido". Convém diferenciar o movimento social, de que a Igreja participa e ao qual ajuda a canalizar, daquelas expressões partidárias que o movimento assume na luta pela participação política e o poder. E por isso que trato de distinguir analiticamente entre a ação da Igreja enquanto instituição, da influência política que ela exerce "indiretamente", através da ação pessoal de seus membros mais ativos. É evidente que há uma complementação entre os dois níveis de ação, e se poderia até dizer que há uma "divisão de trabalho" talvez não planejada mas razoavelmente complementar, entre o que poderíamos chamar a "cara oficial" da Igreja e sua "alma oculta". Mas é preciso também cuidar-se para não cair nos simplismos dualistas: entre o preto e o branco sempre há uma realidade cinzenta que é geralmente a mais importante.

E justo reconhecer que uma coisa é a posição oficial da Igreja enquan-

to instituição, com sua pesada bagagem de compromissos históricos e imperativos conciliatórios, e outra diferente é a "religião" que move os cristãos ativos politicamente. Esta de fato se divide em várias "religiões" — ou "concepções ativas do mundo" como diz Gramsci —, que são diversas e até potencialmente contraditórias, pois correspondem às distintas classes sociais que compõem a Igreja, e à interação entre essas classes, já não tanto no interior da Igreja mas no conjunto da sociedade brasileira.

Você acha então que poderia ser fundado um novo partido Democrata Cristão apesar dos antecedentes frustrados que você apontou?

Sim, porque as condições históricas mudaram, e também as "religiões" ou visões de mundo das classes sociais. Há inclusive setores de esquerda que estão fazendo sugestões sobre a conveniência disto; mas eu acho que uma tentativa assim seria também frustrada, talvez não como as anteriores, mas em outros sentidos ainda mais importantes. A experiência histórica de outros países latino-americanos demonstrou que a formação de um partido Democrata Cristão tem consequências negativas para a unidade das forças populares. E além disso, tem servido para desmoralizar e desautorizar a Igreja junto ao povo, usando a religiosidade para fins particularistas, geralmente contrários aos interesses das maiorias. Assim, tanto o lado "cristão" como o lado "democrático" do programa D.C. termina por cair por terra, e a D.C. revela sua aliança com as classes dominantes e até o imperialismo. Convém neste sentido examinar os casos do Chile e da Venezuela, que apresentam precedentes importantes, em que a D.C. surgiu como forte alternativa política.

Uma avaliação da situação brasileira depende principalmente do que consideramos seja a consciência e a organização atual das classes populares. Muitos pensam que ela avançou muito desde o populismo, e que a herança deste já se perdeu no passado. É claro que tem havido um avanço crescente nas lutas pela democracia, o que permite demonstrar, pelo menos uma consciência bastante elevada dentro do movimento social. Mas ainda existem no País as formas organizativas para canalizar e fazer avançar esse movimento, e o problema é encontrar aquelas que correspondam às tarefas da etapa atual. Eu creio que as esquerdas deveriam perguntar-se muito seriamente se este já é o momento de fundar partidos ou se ao contrário, se trata agora de reforçar o movimento a partir das bases, criando federações e foros de debates ao nível local, etc. A história dos partidos no Brasil

mostra uma longa tradição de cooptação pelo Estado e de traição ao movimento popular; seria importante preparar-se para o pior, desde agora, tratando de reforçar o movimento a partir das bases.

Para saber se é possível fundar um partido Democrata Cristão é necessário ver uma série de fatores, por exemplo como se relacionam as orientações social-cristãs das bases da Igreja com as tendências "iminentes" da maioria do operariado brasileiro. Mais concretamente, no caso do movimento operário, em que medida os setores progressistas da Igreja seriam capazes de combater com outras lideranças autênticas do movimento, ou se ao contrário, teriam tendências ao isolamento e a construir um caminho político próprio. A experiência em outros países tem sido de que, tão logo conseguiram penetração popular, os setores social-cristãos cursaram um caminho isolado e inclusive divisionista. Entretanto, é certo que não se pode deixar de considerar no Brasil a herança populista, que é praticamente a única experiência de organização massiva que existe na memória coletiva do povo, em especial do movimento operário. É claro que a questão não é olhar para o passado, mas enfrentar o problema populista na situação atual, nas formas de organização que as classes populares se estão dando hoje, em suas práticas de resistência, e em especial na sua relação com o eterno sindicalismo oficial, os pelegos e órgãos de governo. Enfim, é ver a sociedade civil que aí está, frente ao Estado que está aí, e ambos carregam uma carga de passado populista que não pode ser esquecida. Talvez seja esta dimensão maior da realidade política, a questão mais importante, a partir da qual se poderia resolver o problema especial das relações entre as diferentes lideranças e tendências — social-cristãs e outras — na construção da democracia.

A experiência populista deve ser tomada como ponto de partida para sua própria superação, com as bandeiras da organização sindical autônoma, da liberdade de associação política, da democracia efetiva, do retorno dos cassados e da anistia geral. É só assim, com todos os populistas do passado aí dentro mesmo, e participando com liberdade do processo político, que se poderá tentar evitar o abandono do terreno popular à manipulação direitista do populismo. E ao mesmo tempo se conseguirá a aproximação prática e teórica entre os vários setores capazes de conduzir e aprofundar a democratização. Desse modo, lutar contra o isolamento das esquerdas e contra a divisão do movimento popular, e somar a bandeira da autonomia do movimento operário às aspirações do povo todo.

O partido popular e a igreja

A organização de verdadeiros partidos populares deve ser feita tendo em vista tudo o que foi realizado até agora em termos de mobilização popular. Adotar uma perspectiva de contraposição àquilo que a Igreja realizou seria uma perspectiva suicida.

Depoimento de José Alvaro Moysés

O que a Igreja vem realizando na periferia de São Paulo, e também em outros estados, como é o caso do campo em Mato Grosso e Goiás, revela que ela é hoje uma instituição marcada pelas transformações. Este é um ponto importante para que se compreenda porque a igreja num período tão curto de tempo, passou por transformações tão profundas.

Freqüentemente, tende-se a analisá-la como se continuasse desempenhando seu papel mais tradicional na sociedade, à moda do que foi no período do feudalismo, ou durante o período do início do capitalismo, quer dizer, como um puro e simples baluarte da manutenção da propriedade e dos privilégios.

As modificações históricas que se verificaram na sociedade como um todo encontram uma ressonância e correspondência no interior da Igreja. Ela, como disse Gramsci, é uma "sociedade civil" dentro da sociedade civil, ou seja, se não pode pensar a Igreja de maneira monolítica, como se fosse um bloco único que expressasse, simplesmente, a ideologia, o pensamento ou os interesses exclusivos das classes dominantes. A Igreja está dividida entre a alta hierarquia às vezes extração burguesa e o chamado baixo clero, que, freqüentemente, tem uma extração popular, sem esquecer os setores intermediários, que ora se solidarizam com uma outra extremidade.

É isto que explica que no século XX — que de modo geral, marca a marcha da história para o socialismo — ela seja obrigada a se colocar a questão da sua própria transformação, não apenas para acompanhar a história, ou para responder ao princípio do "renovar para sobreviver", mas também porque internamente as mesmas forças que, no plano da sociedade civil como um todo, se expressa em favor do socialismo, certamente liberado de qualquer burocratismo estão se manifestando no

sentido de uma nova concepção teológica e do próprio evangelho, que procura tomar como ponto de partida da ação da Igreja os interesses subalternos.

Mas isso não é algo que se deve, simplesmente, porque a Igreja quer realizar uma tarefa, como diria o extraordinário papa João XXIII, de "agionamento", quer dizer, de modernização. Essa modernização não é algo voluntariamente decidido de fora para dentro. Ela se expressa no interior da Igreja porque toda a sociedade está mudando.

Controle social X mobilização

Nesse sentido, é preciso ver o trabalho que a Igreja realiza hoje numa dupla acepção. Certamente a Igreja expressa ainda hoje uma função de controle social. Isso é indubitável e é algo que marca a sua história até muito recentemente. Não se trataria, apenas de pensar que as rupturas e as mudanças se dão de repente.

Mas é necessário ter em conta que esta função e de controle, Igreja, convive paralelamente com uma outra função que tem emergido em tempos mais recentes.

Na medida em que ela foi apenas relativamente afetada pela repressão que se abateu sobre a sociedade brasileira de 1964 para cá — e de um modo geral sobre as sociedades latino-americanas, marcadas pelo autoritarismo dos últimos 20 anos — ela logrou um espaço maior de mobilidade e, portanto, de ação. Isso tornou possível que ela fosse constituindo, no seu interior, certos "locus" onde os setores populares, uma vez convocados, podiam discutir os seus interesses de maneira um pouco mais livre e, ao mesmo tempo — isso não é irrelevante



— se articular e, portanto, gestar os seus líderes e se consultar a respeito de certas questões diretamente relacionadas com o seu cotidiano. Isso não apenas num sentido político, mas até mesmo no sentido de um espaço físico. Freqüentemente, as paróquias foram os locais onde sindicalistas e certos setores dos movimentos populares da periferia puderam se reunir.

Em outros locais isso seria impossível. Na medida em que houve uma sensibilização por parte de seus novos dirigentes para certos problemas que constituem o cotidiano das massas, a Igreja tem sido o palco por exemplo, de assembleias, como o protesto contra o Custo de Vida. Outrora, isto não aconteceria e, pode-se dizer mesmo que até recentemente — se nos pensar-

mos nos últimos 14 anos —, esses setores populares não tinham locais como esses para se reunir e protestar. Isso quer dizer que a Igreja foi sendo capaz de oferecer uma parte de seu potencial organizatório para que os setores populares pudessem se organizar.

Sempre haverá quem diga que há uma contrapartida nisso, que é a do próprio controle. Para ter em conta o real significado desses movimentos populares que têm emergido à base do estímulo da Igreja, é preciso fazer opção por um tipo de concepção. Ou nós insistimos em que os setores populares são inertes e passivos por si mesmos, e que, não obstante certos acontecimentos que os tiram da passividade, eles são levados tendencialmente à inércia, ou nós admitimos que esses setores populares, uma vez efetivamente mobilizados em torno de interesses reais, que tocam suas vidas, ganham uma dinâmica própria que não necessariamente se limita aos próprios objetivos da Igreja, e os limites interpostos por suas instituições que realizam no momento, essa mobilização. Pessoalmente, eu tendo a ver na mobilização em defesa dos interesses populares que a Igreja tem realizado é um ponto de partida para a mobilização popular de tipo novo que ocorrerá no Brasil. Essa mobilização, ao que tudo indica será diferente da que ocorreu no passado porque ela está se estruturando muito a partir da própria capacidade de mobilização dos setores populares. Claro que a Igreja é só um ponto de partida. Mas quem conhece esses movimentos sabe que são os seus líderes que dão a dinâmica do processo. Isto marca uma diferença importante em relação à manipulação populista, à manipulação de cima para baixo realizada pelo Estado no período que vai de 45 a 64. Isso não garante, é certo, que essa mobilização possa necessariamente se desligar da Igreja. O máximo que se pode prever é que essa mobilização, na medida em que ganhar um dinamismo próprio, tenderá a colocar, historicamente, novos desafios organizatórios que terão que ser enfrentados pelas lideranças e pelos próprios movimentos — bem como pela própria Igreja.

Recuperar a experiência popular

Fica a impressão de que alguns desses desafios — na medida em que a capacidade de modernização da Igreja-instituição tem certos limites — ficarão postos para outras instituições da sociedade civil que se façam presentes no cenário das classes populares.

Neste caso, cabe pensar na possibilidade de um possível partido popular. É possível, hoje, pensar em um partido popular que se estruture do mesmo modo que a Igreja vem fazendo com os seus movimentos de baixo para cima, incorporando os setores populares na própria dinâmica dos movimentos? Se um partido desse tipo se organizar é possível que seja capaz de, no momento em que a Igreja esgotar as suas possibilidades de mobilização — se é que essa hipótese se sustenta —, preencher o vazio a ser deixado pela própria Igreja. Nesse caso, a passagem de uma mobilização para outra se dará sem rupturas e sem conflitos. Porque não razão hoje para que a organização de partidos populares se dirija contra o que a Igreja está fazendo agora. Ao contrário, a organização desses verdadeiros partidos populares deve ser feita tendo em vista tudo o que foi realizado até agora em termos de mobilização popular. Mesmo porque adotar uma perspectiva de contraposição àquilo que a Igreja realizou seria uma perspectiva suicida, que, de certa maneira, tornaria extremamente difícil que esses amplos setores populares mobilizados por ela aderissem a esses partidos. Isso poderia ser muito grave. Entretanto, se esses partidos populares se organizarem contando com a participação e a criatividade das lideranças populares que nasceram no interior dos movimentos criados à volta da Igreja, é possível que a passagem entre uma instituição e outra se dê de maneira não traumática, se dê com uma relativa continuidade, que seria de grande importância para os resultados históricos da participação das classes populares na sociedade. A presença dessas classes na sociedade brasileira tem estado marcada pela perda da sua própria tradição de luta. Freqüentemente essas classes, como são classes dominadas, perdem a memória e a tradição daquilo que conseguiram acumular, em termos de experiência, nos períodos imediatamente anteriores. Estamos num momento fundamental da vida brasileira em que as experiências de lutas acumuladas não podem ser perdidas. É preciso que as novas organizações políticas que vão nascer nessa fase da vida da sociedade brasileira bebam na experiência e na tradição dos movimentos anteriores.

Tenho a impressão que os movimentos liga à Igreja, não obstante os limites interpostos por uma perspectiva estritamente católica ou de fé, apresentam uma experiência e saldo de tradições que é necessária recuperar a partir da origem das novas organizações que venham a surgir para responder à ansia de participação das classes populares.

BOLÍVIA Autoritarismo eleitoral

O que se pode esperar das eleições bolivianas do dia 9 de julho? Tudo indica que o general Hugo Banzer fará, de qualquer modo, seu sucessor. Existe, porém, a ameaça da União Democrática Popular, da qual faz parte o Partido Comunista.

GUIANA — II Plebiscito e fraudes Segundo-feira, dia 10 de julho, os guianeses estarão votando num plebiscito nacional. Qual o objetivo desse referendo? Para a oposição, trata-se de um "golpe branco" do primeiro-ministro Forbes Burnham

Um apelo para que os guianeses boicotem o plebiscito do dia 10 deste mês, o qual decidirá se o Parlamento da Guiana terá ou não poderes para modificar a Constituição, foi feito na última semana, por um grupo de cidadãos daquele país, em Nova Iorque. O boicote, para os manifestantes, seria uma forma de garantir que aquela República Cooperativa continue "sendo democrática". Se vitorioso no plebiscito, o Primeiro Ministro Forbes Burnham pretende modificar 15 pontos da atual Constituição, entre eles os que garantem liberdade de expressão e eleições livres. O temor quanto ao futuro da democracia no país, e sobre a lisura das próprias eleições, é justificado tendo em vista a história recente do país. Burnham é Primeiro Ministro desde 1965 quando, aliado aos ingleses e à direita tomou o poder, derrotando o Partido Progressista do Povo, de orientação marxista. O PPP introduzira, nos oito anos que esteve no poder, profundas modificações no país, que contrariaram os interesses imperialistas. Havia eleições marcadas para 1968. Antes disso, porém, a Constituição foi alterada, de modo a permitir manipulações nas eleições: introduziu-se o "direito de voto aos residentes no Exterior", permitindo que muitos "fantasmas" votassem. Não havia nenhum controle sobre esse voto, exceto o do governo que por sinal, ganhou as eleições. Após essa "vitória", Burnham iniciou modificações em leis e reformas que haviam sido introduzidas pelo go-

verno anterior. Foram tomadas casa de camponeses que haviam recebido terras, e também modificado o sistema de impostos e leis de controle sobre as multinacionais.

Nas eleições de 1973, que tiveram soldados como mesários, votaram crianças, mortos e pessoas inexistentes. Foi introduzido o "voto por correspondência", e muitos que quiseram votar foram impedidos de fazê-lo pelos mesários. Em uma determinada localidade do país, revoltadas com as fraudes, mulheres chegaram a queimar as urnas. A contagem dos votos foi realizada no quartel-general de Georgetown. O Partido do Congresso Nacional, de Burnham, elegeu 37 deputados, contra 14 do PPP. Estavam assim assegurados os 2/3 no Parlamento, previstos na Constituição como quorum para que nela fossem introduzidas modificações. O PPP passou, então, a boicotar o Parlamento e a denunciar as fraudes e pressões políticas. Os partidos somente tornariam a se unir quando, dois anos mais tarde, recrudesceram os problemas de fronteira com a Venezuela, Suriname e Brasil.

Dando uma guinada de certa forma surpreendente, em 1973 o governo de Burnham assume também uma postura antiimperialista. Nacionaliza em 100 por cento a produção de açúcar, de bauxita (antes controlada pela Alcan) e diversas outras empresas. Muitos capitalistas decidem, então, abandonar o país e vendem suas empresas ao governo, que pagou, em diversos casos, o dobro e até o triplo do valor real delas.

Há, também, importantes modificações na política externa, com o estabelecimento de relações diplomáticas com os países do bloco socialista. Os principais quadros das Forças Armadas, no entanto, continuam sendo treinados pelos EUA e Inglaterra. Desta última também procedem os professores para a Guiana. No período em que se dão as nacionalizações chegam à ex-colônia britânica 200 professores ingleses, alguns deles, presume-se, procedentes no Serviço de Inteligência.

Lalbahhan Lalbahadur, membro do Comitê Central do PPP, descreve a personalidade do Primeiro Ministro: "Burnham é uma pessoa que faz qualquer coisa para ter importância. Primeiro ele necessitava de dinheiro. Tornou-se Primeiro Ministro, conseguiu todo o dinheiro que queria e hoje é milionário, multimilionário. Possui muitas propriedades, casas, helicópteros, etc. Agora quer ser importante no Terceiro Mundo, sobre o qual anda

A jogada política dos militares bolivianos é alta: querem garantir o continuismo, respaldados pelo voto popular, depois de quase 12 anos sem eleições no país. Neste domingo, cerca de metade dos bolivianos, uns dois milhões, irão às urnas escolher o novo presidente. Tudo indica que nenhum dos nove candidatos conseguirá se eleger diretamente. A lei eleitoral, de 1966, exige que se obtenha a "metade mais um dos votos" para se chegar à presidência diretamente.

Segundo recentes pesquisas, de opinião, o candidato que reúne maiores chances de substituir o ditador Hugo Banzer é justamente o que é apoiado por ele próprio, o general Juan Pereda Asbún. Mesmo assim, não conseguirá nada além de 30 por cento dos votos. A jogada, por meio da qual Pereda certamente chegará à presidência, está na composição do futuro Congresso, que será eleito também no dia 9

e tomara posse em 5 de agosto. Ou seja: os deputados e senadores serão eleitos "vinculadamente" aos candidatos presidenciais. Dessa forma, o futuro Congresso, se se verificar a estimativa das pesquisas de opinião, terá uma maioria relativa ligada a Pereda Asbún. E o substituto de Banzer sairá, por eleição indireta desse Congresso, dos dois candidatos mais votados nas eleições diretas. E claro que o segundo colocado não terá vez. Os prováveis 30 por cento de votos de Pereda, no domingo, se transformarão, no futuro Congresso, numa maioria de mais de 50 por cento de deputados e senadores. A razão é simples: a "vinculação" da eleição dos parlamentares com a dos candidatos à presidência pressupõe percentuais mínimos de votação,

sem os quais não se põe nenhum congressista lá dentro. E o que vai acontecer com grande parte dos outros oito candidatos à substituição de Banzer.

O segundo melhor colocado, depois de Pereda, é o ex-presidente boliviano, Herman Siles Zuazo (1956-60). Ele é apoiado por uma frente de "centro-esquerda", da qual faz parte o Partido Comunista, mas, ainda segundo as mesmas pesquisas, não obterá mais do que 20 por cento dos votos.

Domitila para vice

A Frente Revolucionária de Esquerda (FRE), composta por trotskistas, radicais revolucionários e maoístas, negou apoio a Siles Zuazo e lançou um líder camponês para a presidência, Casiano Amurrio, e, pela primeira vez na história da Bolívia, uma mulher para a vice. Trata-se de Domitila Barrios Chungara, combatente mineira,

mãe de oito filhos, e uma das líderes da greve de fome que arrancou a anistia geral do regime militar (ver matéria "Domitila falou").

Outro candidato de origem popular é Luciano Tapida Quisbert, lançado pelo movimento indio Tupak Katari.

Sem nenhuma possibilidade de vitória, essas candidaturas trabalham na linha de denunciar as jogadas eleitorais do regime (inclusive o escabroso plano de fraudes, já combatido também pela OEA - Organização dos Estados Americanos), ganhar auditórios para defender suas posições (inclusive socialistas) e fazer avançar o trabalho de organização dos trabalhadores bolivianos.

As eleições na Bolívia talvez se configurem numa ilustrativa experiência sobre a transição de ditaduras para novas formas de dominação burguesas.



Domitila falou (uma boliviana das minas)

Depoimento de Domitila de Bairros Chungara, líder do Comitê de Donas de Casa da mina Século XX, na Bolívia. A primeira operária a ocupar a tribuna no Ano Internacional da Mulher, no México, 1975. Extraído do livro "Se Me Deixam Falar" da brasileira Moema Viezzer, Editora (1978).

"Sabemos que num regime socialista isto muda, pois deve haver oportunidade para todos, há fontes de trabalho para as mulheres e há creches para que seus bebês possam ser cuidados enquanto elas trabalham. E que o governo tem que velar pelos anciãos, as viúvas, tudo isso.

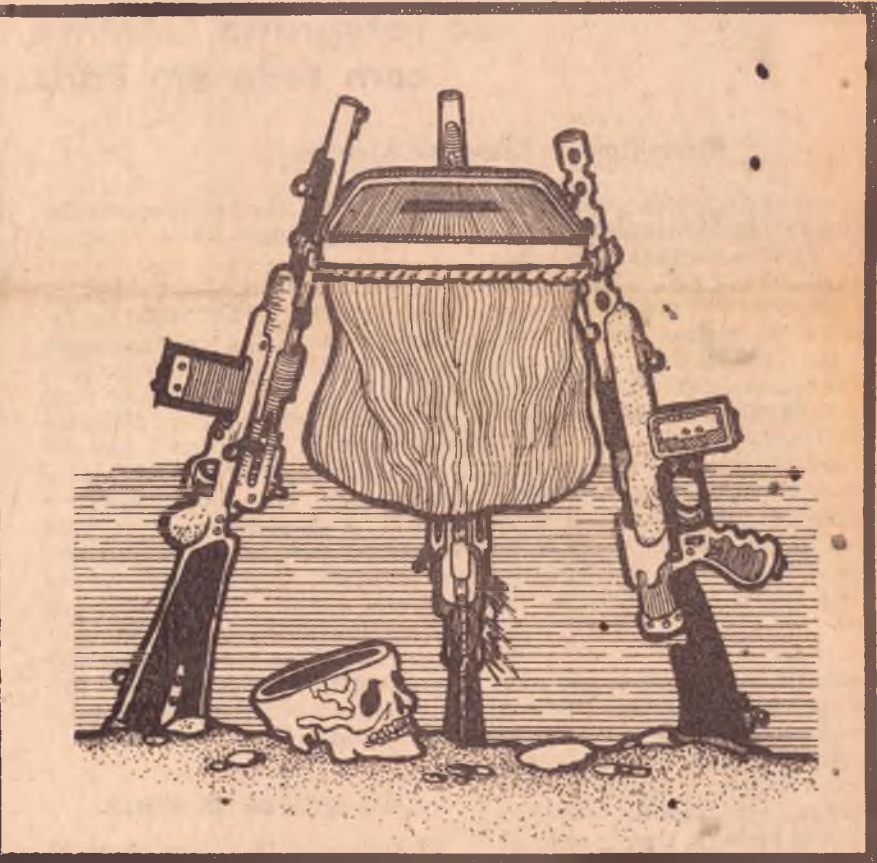
Além disso, segundo penso, no sistema socialista o povo tem que participar para que não caia outra vez na exploração do homem pelo homem. Sei também que há muita coisa para se conquistar nos países que chegaram ao socialismo. Mas eu vejo que eles já conquistaram muito do que nós reivindicamos.

Por isso eu penso que nós, os bolivianos, devemos estar alertas às experiências daqueles povos, ver seus erros e suas conquistas, mas unindo-nos para buscar a uma solução de acordo ao que é a Bolívia, nosso povo, nossa situação. E não passar o tempo discutindo entre nós o que diz a Rússia, China ou Cuba, e distinguindo-nos somente em defender uma ou outra posição. O marxismo, segundo eu entendo, deve ser aplicado à realidade de cada país.

Meu povo não está lutando por uma pequena conquista, por um pouquinho de aumento de salário aqui, um pequeno paliativo ali. Meu povo está se preparando para expulsar para sempre do país ao capitalismo e seus laços internos e externos. Meu povo está lutando para chegar ao socialismo. Isto eu digo e não é invenção minha. Isto foi proclamado no Congresso da Central Operária Boliviana: Bolívia só será livre quando for um país socialista."

se manifestando, depois que buscou aproximação com Fidel Castro. Burnham, porém, fez coisas surpreendentes: ofereceu ajuda a movimentos de libertação na África, e não ao Vietnã. E quando o governo de Agostinho Neto tomou o poder, negou-se a reconhecê-lo. Em ambos os casos, pressionado pelo PPP, teve de voltar atrás em suas decisões.

O dirigente da Guiana, que teve como característica marcante a manipulação feita com o racismo, entre os negros, contra os outros grupos étnicos do país, é acusado agora pelo presidente do PPP, Cheddi Jagan, de querer transformar a Guiana, caso seja vitorioso no plebiscito, num segundo Haiti. "Burnham quer converter-se em presidente vitalício". O Primeiro Ministro vem fazendo grande esforço para obter o apoio da população às suas reformas. Cartazes com seu retrato foram espalhados em todo o país, e os meninos estão recebendo bolas de presente, como complemento da campanha eleitoral.



EQUADOR Quem vota e quem ganha

O novo presidente do Equador, que deverá sair das eleições do dia 16 de julho, terá que sobreviver a dois turnos eleitorais. Essa modificação, segundo entendem os opositoristas, corresponde a mais uma jogada do regime.

Paralelamente ao 5º aniversário do regime, a crise que vinha amadurecendo no interior do exército (que jamais conseguiu unificar-se ideologicamente) atingiu seu ponto alto com a demissão e a prisão domiciliar do general Amaury Pranti, ex-chefe do Serviço de Informações do Exército.

Pranti representa uma tendência ainda mais à direita que a atual tendência dominante, encabeçada pelo comandante-chefe do Exército uruguaio, Gregório Alvarez. Embora longe de ser um liberal, ele defende uma saída populista para o impasse em que está colocado o país e é visto como elemento disposto a se candidatar à presidência pelos partidos tradicionais, o Blanco e o Colorado. Há ainda uma terceira tendência, que prega a volta dos militares aos quartéis a partir de uma solução negociada entre as forças armadas e os "civis" (ou seja, a tradicional elite uruguaia).

Agravando este quadro, o governo jamais conseguiu uma base social de sustentação. Prova disso é que se revelou incapaz de organizar um aparelho sindical atrelado, que ocupasse o espaço deixado vazio pela Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), que atualmente funciona na clandestinidade. Do mesmo modo, permanece vivo o prestígio do general Seregni, atualmente na prisão e que liderou a "Frente Ampla" organizada em 1971 pelos socialistas, comunistas, democratas cristãos e grupos menores.



REVISTA CAMBIO (EQUADOR)

Prevista para o dia 16 de julho, as eleições presidenciais que deverão conduzir o Equador à "normalidade constitucional" (depois de oito anos de vários governos militares) desde já apresentam traços diferenciadores em relação à rotina política do país. Em primeiro lugar, as eleições serão realizadas em dois turnos, e o presidente eleito deverá ter conquistado a maioria absoluta dos sufrágios (antes, era suficiente a maioria relativa, e o processo eleitoral compreendia apenas um comparecimento às urnas). Em segundo lugar, deverá ampliar-se a participação eleitoral: embora os analfabetos (30% da população) continuem privados do direito de voto, mais de 2 milhões de equatorianos maiores de 18 anos deverão comparecer às urnas, para escolher entre os seis candidatos - do direitista (e favorito, até agora, nas prévias) Sixto Durán Ballen, antigo prefeito de Quito, ao comunista René Mauge.

Segundo as estimativas, Ballen deveria receber 21% dos votos, seguido pelo liberal Clemente Huerta, com 18,7%. No entanto - e esta pode ser uma nova surpresa desta eleição - a candidatura do representante populista Jaime Roldos

tem crescido cada vez mais. Jovem advogado de Guayaquil, Roldos é candidato pela Concentração de Forças Populares (CFP), dirigida por Assad Bucaram. Este viu negada a sua candidatura à presidência, por ser filho de imigrantes.

O dinamismo de Roldos imprimiu um novo tom à campanha presidencial. Ele atacou duramente o regime militar - o que resultou em conflitos com os partidários de Ballen, em Quito, e centralizou suas críticas em torno do destino dos 2.640.000.000 dólares que o petróleo forneceu ao país. Segundo Roldos, esta fabulosa riqueza não foi utilizada em benefício do povo, mas alimenta hoje "os talões de cheque dos novos ricos, dos oligarcas, nos bancos do estrangeiro, enquanto o povo morre de fome".

O resultado desta denúncia das "mordomias" é que muitos observadores prevêem que os candidatos para o segundo turno das eleições (que deverão se realizar antes do final de agosto) deverão ser Ballen, pelo campo conservador, e Roldos, pelo popular. O que deverá se constituir em novas fontes de instabilidade para a construção histórica deste país.

URUGUAI Tortura e crise no Exército

Depois de cinco anos de regime "cívico-militar", a ditadura uruguaia vive crise interna. Na verdade, trava-se uma luta entre direita e a extrema-direita. O que não falta, contudo, são as torturas.



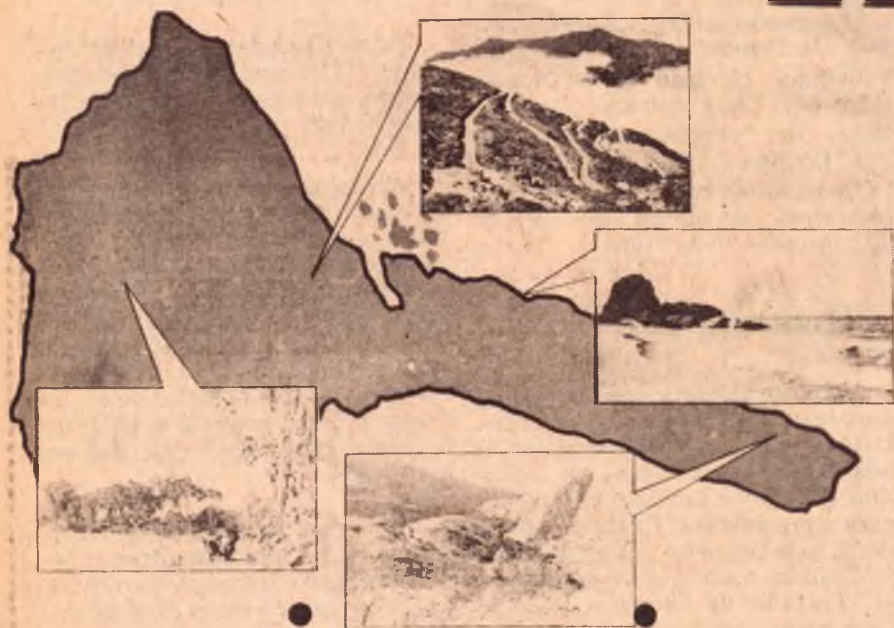
General Liber Seregni - preso.

Quando o governo militar uruguaio comemora o seu 5º aniversário, são retomadas as denúncias sobre as torturas e a brutal repressão às manifestações da oposição popular - um processo que se iniciou com o aniquilamento dos Tupamaros.

Conforme dados fornecidos pelo Comitê dos Presos Políticos, desde 1972 cerca de 500 mil uruguaio foram obrigados a emigrar e mais de 40.000 pessoas passaram pelas prisões e campos de concentração criados pelo regime. Isto para um país que tinha, em 1975, pouco mais de 3 milhões de habitantes.

Os métodos de tortura foram aprimorados, contando com assessoramento técnico do exterior. Partiram das mais clássicas e brutais até as subsidiadas pela psiquiatria, neurofisiologia e farmacologia.

ERITRÉIA - I



A primeira parte desta reportagem (ET nº 18) dá conta da chegada de Ari Cândia à Eritrêa, via Sudão. De como ele entrou nas áreas de combate e das suas contatos com o trabalho de "luta contra a opressão cultural" e de reconstrução da identidade do povo eritreu: "A ordem é reviver a herança cultural e histórica, discutindo, celebrando, estudando os usos e costumes da sociedade nacional e representá-la para os civis e soldados da luta de libertação". Na prática, muitas vezes os atores, músicos e intelectuais "vão de deixar de lado seus instrumentos, interromper apresentações na linha de frente e pegar em armas, na surpresa de um ataque, aéreo ou terrestre".

As regiões libertadas (guerra de libertação no "chifre da África")

O primeiro brasileiro a percorrer a Eritrêa em guerra, o cineasta Ari Cândia Fernandes, relata exclusivamente para EM TEMPO o trabalho de construção da nova sociedade, em meio aos combates, nas regiões já controladas pela Frente de Libertação da Eritrêa. Centros profissionais, creches, hospitais, relações com os prisioneiros etíopes, tudo isso foi visto, fotografado e filmado por Ari Cândia, da agência Internacional de Fotografia GAMMA, com sede em Paris.

Texto final de Lionel de Almeida

Após uma apresentação do Grupo Musical da Frente de Libertação da Eritrêa, numa noite iluminada pela electricidade do gerador a gasolina que ronca a algumas centenas de metros, competindo com uma bateria, duas guitarras e dois saxofones amarelos, fora os instrumentos locais, nós partimos. Num Toyota verde, certamente capturado ao inimigo em emboscada ou batalha, rodamos entre árvores espinhosas, espantando coelhos com os facho dos faróis, em direção ao Escritório de Informação, que iria traçar meu programa de visitas.

Stefanios, o motorista, não perdeu a oportunidade de quebrar sua curiosidade - reflexo do isolamento do resto do mundo em que a luta colocou a Eritrêa. Fuzilou-me com perguntas, em italiano, sobre o Brasil, sua história, tipo de regime, seu povo e cultura, sobre o "Che" e os negros brasileiros.

Os faróis iluminam, de repente, uma barreira de pau. Duas lanternas se aproximam. E alguém que caminha no escuro, em nossa direção. Sorrisos e abraços - sem se abandonar metralhadora e fuzil tcheco - após a leitura do nosso *laissez-passez*, um pequeno papel. Ninguém vai de um lugar a outro na Eritrêa sem autorização por escrito, onde constam origem e destino. A autorização é fornecida pelo órgão de segurança da Frente - um órgão que tem as mais diferentes funções e responsabilidades nos campos de batalha, na segurança das cidades libertadas e não libertadas, nos acampamentos militares, na guarda de documentos e códigos secretos, no interrogatório de prisioneiros de guerra recém capturados, entre outros.

Trabalho coletivo

Cerca de 70 homens e mulheres, com idades a partir de 13 anos, despertam às 6 horas da manhã. Começam os exercícios militares. Alimentam-se simplesmente de pão com óleo, sal e algumas folhas de hortaliças - vindas da horta que eles próprios cultivam trabalhando em grupos-rodízio, procurando cumprir o lema da auto-suficiência.

As principais funções deste acampamento são a formação de técnicos e a distribuição de informações. Dele, após um estágio de aproximadamente cinco meses, saem desde os mecânicos até os guias para jornalistas e visitantes. Eles são enviados para as diversas regiões e acampamentos, segundo as necessidades. Lá funciona uma pequena escola de datilografia, onde se ensina também a consertar máquinas de escrever e duplicadoras. Há uma oficina mecânica. E

há também uma biblioteca à disposição dos alunos.

Além de formar os quadros, o campo militar do Escritório de Informação se ocupa da publicação de revistas em tigrina e árabe (línguas oficiais da Eritrêa). Ao todo são seis revistas mensais dirigidas a vários tipos de leitores e com objetivos diversos para os combatentes em geral, para a discussão teórica do marxismo-leninismo, para os camponeses, para os guerrilheiros urbanos. A distribuição é feita segundo o meio de transporte que estiver disponível na ocasião; muitas vezes é feita a pé. Há também um departamento de rádio que trata de transmitir telegramas e notícias variadas.

40 quilos a mais

O meu guia traz consigo os 40 quilos de equipamento que, obrigatoriamente, os combatentes devem levar como se fosse parte do próprio corpo. Uma metralhadora *Kalaclinikov*, de cinco quilos, com quatro pentes de balas, oitenta balas em cada - a *Kalaclinikov* pode disparar uma bala por vez ou despejar as 180 num jato - duas granadas (uma chinesa, com cabo de madeira), um plástico e um lençol dobrado e pendurados no cinturão, além da indispensável lanterna.

Ele me conduz, primeiro, à oficina mecânica, que funciona sob a proteção das copas de árvores. A oficina tem todos os equipamentos que se encontra normalmente numa cidade. É dividida em várias seções, cada qual tratando de problemas diferentes: consertar tanques de guerra, veículos blindados, recuperar máquinas de irrigação, tratores, etc. Os trabalhos se estendem até altas horas da noite, sob a luz de lâmpadas fluorescentes.

Eram consertados dois ônibus azuis com placa de Asmara (expropriados durante a noite por guerrilheiros urbanos), encobertos por um encerado verde. Ao lado, um caminhão de guerra norte-americano, prostado como um cadáver, perfurado de balas nos vidros e portas a morte passou por ali. Existem mais de cinco oficinas como esta espalhadas na região libertada.

Filhos de mártires

Um "V" de vitória se levanta, com um sorriso de uma menina de oito anos, no meio de um grupo de crianças, com lápis e cadernos na mão. A frente, um combatente-professor escreve as primeiras letras no quadro negro. Os alunos são "filhos de mártires", ou seja, de guerrilheiros mortos, cursando o primeiro grau do curso escolar do



Bomba de fabricação israelense, que não detonou em Mandafora

Escritório Social da Frente de Libertação.

Mulheres nômades chegam sobre burricos, cobertas por mantos, e quando avistam um homem cobrem os rostos, como manda a tradição. Algumas trazem criança no colo. Dirigem-se a uma pequena cabana. E o consultório médico. Todo campo militar tem, no mínimo um médico. Neste, além do médico, há duas enfermeiras. Na região, as doenças mais comuns são a diarreia, causada principalmente pela grande quantidade de amebas, a malária e infecções nos olhos.

Mais além, outras mulheres cuidam de crianças, algumas dão seus peitos a elas, em uma grande cabana, a creche. São todas mulheres de guerrilheiros mortos, que após a morte do companheiro, entraram para o Exército de Libertação. Durante dois meses, elas cuidam das crianças, suas e de outras, e no resto do ano lutam.

Um centro de recuperação de combatentes feridos em luta e impossibilitados por longo tempo de retornar à linha de frente também funcionam nesse campo. O centro produz uniformes de soldados e bancos de escola.



Escola de crianças organizada pela FLE

E ainda no Escritório Social que funciona a comissão educacional, que prepara os livros escolares são livros que vão até o quarto grau, de história da Eritrêa, de árabe, tigrina e inglês. A comissão cuida também dos cursos e cartilhas de alfabetização para combatentes adultos e as milícias populares das redondezas. Todas as crianças de camponeses que moram na região são convocadas à escola.

Uma comissão de desenvolvimento trabalha ali. Planeja e orienta a construção, juntamente com a população, de pontes, escolas, clínicas, estradas de pedras quebradas (neste trabalho são empregados os prisioneiros de guerra etíopes), e ensina os camponeses a cultivar a terra com métodos modernos de irrigação.

O Escritório Social cuida ainda dos refugiados da Eritrêa no Sudão, que formam mais de oito mil famílias, muitas delas vítimas da guerra.

Quase todo o pessoal do Escritório Social fala inglês fluentemente. São formados em universidades de Addis Abeba, da Europa e Estados Unidos.

ITÁLIA Um país sem presidente

Vinte dias após a renúncia do presidente Giovanni Leone, democrata-cristão, a Itália continua com um chefe de Estado Interino. Quais as razões da crise?

citipado esta nova crise?

A resposta prende-se, necessariamente, às consequências políticas do sequestro e morte de Aldo Moro. De um lado, um índice apreciável (44%) dos eleitores italianos manifestaram-se, no plebiscito de 11 e 12 de junho, contra o financiamento dos partidos políticos, fonte notória de corrupção, sobretudo para os partidos do bloco governamental; do outro, a Democracia Cristã declarou repetidas vezes que o desaparecimento de Moro veio aumentar as "responsabilidades morais" do partido; e, finalmente, - e num plano bem mais concreto - a morte de Moro veio reforçar a liderança, nas fileiras da DC, de Amintore Fanfani, líder da ala mais direita da DC, presidente do Senado, e que, nesta crise, assumiu inteiramente as funções de chefe do Estado. Nesse quadro, o PCI tinha todo o interesse em precipitar uma crise que ocorria de qualquer maneira: o eventual acesso de Fanfani à presidência, na sucessão de Leone, implicava uma série de ameaças ao "compromisso histórico", base da estratégia do PCI. Seria melhor enfrentá-la a partir da "denúncia da corrupção", o que dava ao PCI a possibilidade de se apresentar como o partido das mãos limpas.

Parto doloroso

Vinte dias após a renúncia de Leone, a Itália continua com um presidente interino. A Constituição exige que o sucessor de Leone seja eleito por maioria absoluta, entre os mil e um "grandes eleitores" que constituem o colégio eleitoral; algo impossível de se realizar, a menos que os principais grupos políticos italianos se ponham de acordo quanto a um mínimo de condi-



Enrico Berlinguer, líder do PCI, lançou as baterias contra Leone.

A 15 de junho de 1978, a Itália ingressou em mais uma de suas rotineiras crises constitucionais.

Uma moção apresentada pela extrema-esquerda exigindo a renúncia de Giovanni Leone, Presidente da república e um dos mais hábeis políticos da Democracia Cristã, conseguiu o apoio dos liberais (da oposição), dos republicanos (situação) e dos radicais. Até aí, um episódio relativamente normal da conturbada vida política italiana. No entanto, quando o poderoso PCI mobilizou sua artilharia pesada contra Leone, a crise mudou de qualidade.

A "raposa napolitana", como é conhecido o ex-presidente, ganhou as manchetes dos jornais durante o famoso caso *Lockheed*, quando seu nome foi abertamente identificado com o misterioso "Anteloe Cobber", o político italiano do primeiro escalão que teria sido comprado pela empresa norte-americana.

No entanto, as denúncias dos jornais acerca da "corruptibilidade" dos presidentes e de seus familiares se sucediam há quase dois anos. O que teria pre-

ções, visando a condução dos negócios públicos nesta fase pós-Moro da vida política italiana. Fase marcada, aparentemente, pelo ingresso do PCI no chamado "bloco da ordem", deixando em segundo plano as reformas pre-supostas no "compromisso histórico", fase marcada pela descrença em relação aos grandes partidos (a DC e o PCI), como é demonstrado pelas recentes eleições no nordeste da Itália, que eram grande número de votos aos partidos puramente regionais.

Por enquanto, depois de mais de dez escrutínios, as principais forças políticas permanecem em estudos recíprocos. O PCI apresenta a candidatura de Giorgio Amendola, herói da Resistência durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto flerta com uma eventual candidatura socialista, "de unidade". A Democracia Cristã, que até agora vem se abstendo sistematicamente, parece ter fechado posições em torno de quatro nomes "elegíveis": o republicano Hugo La Malfa, o social-democrata Paolo Rossi, o socialista Salviano Vassalli e o liberal Aldo Pozzi. Enquanto se sucedem as votações, os analistas mais tarimbados da política italiana esperam com tranquilidade: afinal, Giovanni Leone só foi eleito, em dezembro de 1971, no 23º escrutínio. E.C.



Hospital improvisado para cuidar de feridos por bombardeiros dos MIG-21



Prisioneiros de guerra etíopes na prisão de Mocarok

O desenvolvimento dos movimentos reivindicatórios vem sendo acompanhado de definições sobre os rumos que a luta dos oprimidos deve tomar. Divulgando programas de candidatos, de oposições sindicais e de grupos de trabalho, pretendemos contribuir para a troca de experiência que favoreça o avanço desses movimentos.

CANDIDATOS

"Aprofundar as definições da luta"

Geraldo Augusto Siqueira Filho, ex-dirigente do DCE-Livre da U.S.P., durante o lançamento da Frente Nacional de Redemocratização em S.P., divulgou o documento que EM TEMPO publica. Geraldo é candidato a deputado estadual, pelo MDB.

"O regime autoritário não conseguiu enfocar os reclamos dos explorados e oprimidos.

Apesar de toda a repressão com que se tentou amordaçar o movimento oposicionista, a insatisfação com o regime de exploração e de ditadura ampliou-se. Luta após luta, os setores populares vêm conquistando suas reivindicações e seu espaço político na sociedade.

Toda a legislação repressiva ainda está por ser eliminada, mas na prática o regime já não tem força para aplicá-la e é obrigado a ceder em muitos pontos.

Ai estão os operários, levantando-se contra o arrocho e pondo por terra a lei de greve, exigindo a negociação direta, o contrato coletivo, a liberdade sindical.

Ai está o Movimento Custo de Vida, discutindo em praça pública as suas reivindicações e angariando milhares e milhares de assinaturas de apoio às suas propostas.

Ai estão os estudantes fazendo letra morta ao 477, ao 228, e reconstruindo suas entidades livres e independentes, lutando nas ruas pelas liberdades democráticas e melhores condições de ensino.

Ai estão os médicos reivindicando condições mais dignas de aprendizado e de exercício da profissão.

Ai está a opinião pública repudiando o pacote de abril, as eleições indiretas para governador e senador biônico e a farsa da sucessão presidencial.

A luta pela anistia vai tomando corpo e cada vez incomoda mais.

Uma oposição ganhou as ruas. Exige respostas. Soluções.

O regime anuncia reformas. Busca contornar os reclamos da oposição. Busca assegurar suas condições de governante e retomar a iniciativa perdida. Estas reformas, se vêm ao encontro de algumas reivindicações - como a volta do habeas corpus - deixam entretanto de lado outras hoje fundamentais, como as eleições livres e diretas, anistia e mesmo a revisão da famigerada Lei de Segurança Nacional. E o regime se cerca de salvaguardas, que podem ser acionadas a qualquer momento contra o povo, em nome de quem ele ouse querer falar.

Mas hoje a oposição popular não quer simplesmente reformas. Quer o fim do regime militar.

Recentemente surgiu a articulação de uma Frente Nacional de Redemocratização, a partir de alguns setores de oposição e de dissidentes do regime,

propondo-se a lutar pela democracia no País. A essa articulação faltam definições mais precisas e um programa mais explícito. Mas já se vê que seus porta-vozes vão além das propostas reformistas do regime, incorporando algumas velhas reivindicações da oposição, tais como as eleições livres e diretas.

Mas estranhamos bastante o fato de uma frente que se propõe a lutar pela democracia, em detrimento procurar auscultar privilegiadamente os representantes legítimos dos setores populares, que vêm se destacando há tempo na luta pelas liberdades democráticas, e que são os mais interessados no fim do regime autoritário: os trabalhadores, os estudantes, os profissionais assalariados.

E estranhamos bastante que essa frente concorde em participar das eleições indiretas, disputando cargos nos anti-democráticos colégios eleitorais, ao invés de colocar a conquista da democracia e a escolha dos governantes diretamente nas mãos dos maiores interessados: os trabalhadores e o povo.

Não nos comprometemos com nenhuma articulação que não explicitamente seu programa. E não nos comprometemos com nenhuma frente "pela democracia" que não leve em conta os interesses mínimos dos trabalhadores e do povo.

Esses interesses hoje estão consubstanciados basicamente nos seguintes pontos:

- 1) - anistia ampla, total e irrestrita;
- 2) - ampla liberdade de organização partidária;
- 3) - ampla liberdade de organização sindical, contemplando: liberdade de organização de comissões de empresa; liberdade de articulação intersetorial e intermunicipal; liberdade de articulação de uma central sindical nacional; liberdade de associação sindical para funcionários públicos;
- 4) - irrestrito direito de greve;
- 5) - ampla liberdade de organização para os estudantes, em todos os níveis: CAs, DCEs, UEEs e UNE;
- 6) - melhoria radical das condições de vida e de trabalho da população brasileira.

É em cima destes pontos mínimos que julgamos que devem unir-se todas as forças verdadeiramente interessadas no fim do regime militar. É perante esses pontos mínimos que exigimos que a Frente Nacional de Redemocratização se defina claramente.

Geraldo Augusto Siqueira Filho - São Paulo (SP)

BANCÁRIOS

Por mais democracia no sindicato dos bancários

Um grupo de bancários de São Paulo decidiu formar uma chapa de oposição para concorrer à diretoria do Sindicato. Numa declaração à imprensa intitulada "Porque Oposição", expuseram os motivos que os levaram a esse ato:

"1º) - Falta combatividade à atual diretoria. A inércia foi a principal característica dessa gestão. Sempre esperou a definição dos acontecimentos para se pronunciar, pois não tem uma concepção própria dos rumos da vida nacional e neste sentido não dirige mas é dirigida. Tudo foi pretexto para invocar moderação e conciliação com os patrões, o que, na prática, significou capitulação. Os objetivos foram levantados mas nunca executados, pois ela preferiu apelar para os memorandos e pedidos a convocar a categoria.

Um fato apenas exemplifica a justeza de nosso ponto de vista em Porto Alegre e Belo Horizonte não existem oposições formalizadas entre os bancários, porque as diretorias são consequentes e levam as lutas indicadas pela base, os militantes que poderiam potencialmente vir a formar oposição encontram o sindicato aberto ao trabalho, o que nos leva ao segundo motivo: - falta democracia na vida interna do Sindicato dos Bancários.

Quem acompanha o movimento sindical percebe que as comissões por empresa serão organismos fundamentais no futuro. Nada mais justo que ampará-las e propiciar-lhe todas as condições de desenvolvimento. A atual diretoria inscreveu as comissões sindicais como bandeira de luta em seu programa, mas tem feito o impossível para dificultar-lhes a vida, negando condições mínimas de trabalho, como facilidade de reunião, edição de jornais, luta pelo reconhecimento delas perante os patrões, etc.

Falta democracia

A falta de democracia também se observa e de maneira catastrófica por ocasião das assembleias da categoria. Decisões do plenário não são encaminhadas, propostas não são votadas, criando tumulto. Poderíamos ter saído na frente da campanha

de reposição salarial, não fosse a ânsia da diretoria em impingir-nos a contra proposta patronal da última assembleia da campanha salarial do ano passado. Nesta assembleia levantou-se a bandeira da reposição mas foi impossível levá-la adiante, pois o tumulto provocado pelas manobras levou a assembleia a um final "sui-generis": a diretoria saiu vaiada e metade do plenário continuou a assembleia, conforme se pode comprovar pela cobertura dos jornais paulistas em agosto de 1977. Naturalmente, em público a diretoria defende o estado de Direito, a greve, a autonomia sindical; na prática ela traz o arbítrio ao organismo dos trabalhadores, desmobiliza a categoria e corre ao Ministério do Trabalho para resolver as mínimas questões. Esta contradição lhe define o caráter e com ele não é possível compactuar.

Neste quadro, o prazo para publicação do edital está vencendo e não há sinal de que saia brevemente. A razão é uma só: a atual diretoria pretende se reeleger, mas não consegue formar a chapa, pois está em processo de desagregação desde o ano passado quando dois titulares saíram (um aposentado, outro licenciado) e foi difícil convencer algum suplente a substituí-los.

Abandonada pela categoria, a diretoria pede os bons ofícios da Delegacia Regional do Trabalho. Deixando que vença o prazo para publicação do edital quer obter uma prorrogação de mandato para ganhar tempo, tentar conseguir alguma coisa na campanha salarial que vem aí e apresentar como propaganda eleitoral, dar tempo para que os banqueiros despeçam elementos da chapa de oposição como é frequente às vésperas de eleições sindicais e finalmente montar uma bela chapa de meio-expediente, metade do tempo nas mesas do sindicato e a outra metade na DRT. Nos bancos só pisarão para pegar o recibo de pagamento.

Sobre este fato já informamos a categoria através de boletim e notificações à DRT e à diretoria do sindicato. Aguardamos as providências e em caso de proteção apelaremos para os recursos jurídicos disponíveis."

Chapa de Oposição - bancários de São Paulo

ORGANIZAÇÃO

"Quando reagimos, somos reprimidos"

"Lutamos pelo direito de qualquer setor da população se organizar e se expressar livremente na defesa de seus direitos e interesses (...) Sua evolução e desenvolvimento dependem da junção das lutas específicas de cada setor organizado e atuante."

Em reunião geral do grupo "Trabalho Conjunto", de Salvador, foi definido o conjunto de tarefas a que se propõe este organismo, recentemente estruturado. Abaixo, a íntegra do documento, lançado publicamente na Bahia:

"Passamos dias difíceis: a alta do custo de vida, o salário curto, a expulsão da terra, a ameaça de despejo das invasões, a pouca educação e saúde, o péssimo transporte, os altos aluguéis, enfim, as péssimas condições de vida dos bairros populares.

O País se debate em grave crise: deve-se mais de 30 bilhões de dólares, campeia o desemprego e a inflação.

Quando reagimos, exigindo nossos direitos, somos duramente reprimidos. Tropas policiais são jogadas contra os trabalhadores quando estes exigem seus direitos, contra os estudantes quando exigem melhores condições de ensino e liberdade. As pessoas que se destacam são presas e perseguidas. Os deputados e vereadores mais combativos são cassados.

Por tudo isso nós estamos juntos na luta por dias melhores, dias de justiça e liberdade que conquistaremos. Não conseguiremos nos calar. Nossa união nessa luta é agora, mais do que nunca, uma necessidade.

Nesta carta estão os princípios que surgiram das lutas que desenvolvemos nos últimos anos. Durante essas lutas, esses princípios se demonstraram tão justos e amplos que nos comprometemos a tê-los permanentemente, como base de nossas ações conjuntas:

- Lutamos pelo direito do povo brasileiro decidir livremente sobre seu futuro e sobre o futuro de seu país;

- Lutamos pelo direito de qualquer setor da população se organizar e se expressar livremente na defesa de seus direitos e interesses. Assim, lutamos pelo direito de greve, pelo direito de, sem interferência do governo, formarmos associações de bairro, sindicatos urbanos e rurais, comissões de fábrica, centros estudantis, associações populares e comissões comunitárias. Assim como defendemos a livre manifestação do pensamento com jornais, livros, filmes, revistas, peças de teatro, música, dança, programas de rádio e televisão sem censura;

- Lutamos pela conquista dos direitos e interesses fundamen-

tais do povo. Assim lutamos por boas condições de trabalho, por aumentos salariais, pela eliminação das horas extras e na defesa da jornada de oito horas; por boas condições de alimentação, saúde e assistência médica, educação, diversão, moradia, transporte. Lutamos também contra o aumento do custo de vida, contra a falta de emprego, a expulsão dos camponeses de suas terras e a expulsão dos moradores das invasões nas cidades, a poluição e as péssimas condições de higiene das ruas e da cidade.

Em consequência disso, lutamos contra a censura, contra as perseguições e prisões daqueles que defendem e lutam por esses direitos, contra a violência policial, contra toda e qualquer forma de tortura e pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Frente a todos esses problemas, comuns a todos nós, devemos procurar formas conjuntas de enfrentá-los. Por isso firmamos o compromisso de:

- buscar e incentivar a adesão ao Trabalho Conjunto de qualquer setor da população que se proponha a assumir e defender os princípios contidos nesta Carta;

- em nossas ações conjuntas buscar a participação de todos os setores, compreendendo suas características próprias, seu ritmo de trabalho, preservando a autonomia de cada um;

- buscar a ampla participação das pessoas que compõem cada setor representado nas decisões e ações conjuntas;

- acompanhar e apoiar as lutas específicas de cada setor;

- incentivar e nos solidarizar com toda e qualquer iniciativa no País que favoreça a união de forças na luta pelos direitos e interesses fundamentais do povo.

O Trabalho Conjunto é uma forma de união e luta surgida das necessidades atuais do povo baiano. Sua evolução e desenvolvimento dependem da junção das lutas específicas de cada setor organizado e atuante, de modo que as mesmas se tornem parte integrante da luta comum do povo brasileiro por melhores condições de vida. Este é, aqui e agora, um caminho a seguir para alcançarmos nossos objetivos. Temos certeza de que a nossa união é um passo decisivo na conquista das liberdades democráticas e melhores condições de vida para o povo brasileiro."

Glauber Rocha entre o comércio e o martírio

discutir Terra em Transe de Glauber Rocha depois desse tempo todo, é remexer um caldeirão reacender velhas dúvidas, desenterrar argumentos, enfrentar coléras quase defuntas, ao mesmo tempo, atrair novas. De qualquer forma, cavacos que o ofício do debate impõem.

De início é preciso afastar-se das formulações que se detêm, com de frase, em elogios ou condenações a este ou aquele momento da obra, e que, pelo mesmo caminho, louvam ou execram a técnica empregada, um ou outro plano utilizado, etc. etc. Incapazes de abarcar o todo da obra, o esforço vai no sentido de fragmentá-la, e a partir daí desencadeiam apoloias ou fúrias não sobre o conjunto mas sobre a parte. Assim, uma tomada bem feita num "Dorandum" (e há várias) serve para ergue-lo até onde jamais chegaria por suas próprias forças. O contrário também é verdadeiro; não raro o rombo do crivo dessa crítica abate-se impiedoso sobre uma determinada obra "porque sua fotografia não é satisfatória ou a sequência de planos não está conforme a última moda". É dessa forma que no altar dos pedantes o fundamental acaba sendo sempre sacrificado em favor do que é secundário. Contudo, ao se encarar de frente Terra em Transe, não se pode pretender escapar por essas portas, e o que foi dito acima quer apenas passar-lhes um ferrolho. Glauber Rocha tenta um terreno que pou-

cos percorreram com sucesso: o da crítica à política das classes dominantes, seu jogo de interesses, as ambições pessoais que estão por trás de cada líder, as ambições econômicas por trás de cada ato, a manipulação continua do povo, que deriva necessariamente dessas ambições. Território apenas aparentemente sólido, entretanto difícil e escorregadio, em que, como de resto em outros, as boas intenções não contam. Por isso, importa pouco o que o autor quis dizer, interessa o que ele disse, objetivamente. Importa pouco que Terra em Transe tenha se pretendido como uma obra crítica e avançada, e sim, para o que se deve estar atento, é que seu resultado, independente de toda a boa vontade que a alimentaram, é cego de visão histórica.

A cegueira histórica se contém na cegueira estética. Pois se a obra desejava fazer uma denúncia das apodrecidas fórmulas de que se valem as classes dominantes para submeter o povo, e no mesmo passo apontar uma saída a esse mesmo povo, o desejo não pode ser mera abstração, mas estar presente, buscando expressar-se, constituir-se num contra-ponto dialético a assinalar com firmeza a crítica a quem domina e as perspectivas dos dominados.

Entretanto é preciso sublinhar que quando se fala em **contraponto crítico**, não se reivindica o rudimentarismo pretensamente

artístico dos tempos stalinianos, onde as ligações políticas das obras eram tão explícitas que acabavam asfixiando as nuances e o analogismo próprios da arte. Não se quer apenas inverter o sinal inventando uma nova "consciência crítica", também exterior à obra, encarregada de viajar polícialmente seus desvios, um corpo estranho **justaposto desde fora**, e sim o que se pede é um componente dialético, íntimo, **articulado desde dentro**, obedecendo às leis artísticas gerais e às particulares da obra.

Esse é o momento em que o "caldo da estética junta-se ao "caldo" da política dando substância crítica à reflexão, colocando, clara ou implicitamente, que a política das classes dominantes, corrupta e corrompida, é somente uma forma singular com que se expressam as relações entre os homens, e que existem outras que não corrompem nem envergonham. Ao amarrar-se esse nó fundamental, ao encaminhar-se a obra nessa direção, evita-se - do ângulo artístico - o panfleatismo cansativo e estéril - do ponto de vista político - que no fim das contas se produz um sermão moralista e reacionário contra a política em geral.

Terra em Transe não chega até aí. A crítica no filme existe pairando abstrata sobre as "terras e as águas", um deus que se revela a uns poucos iluminados e nega-se aos muitos mortais. O elitismo, talvez não intencional, todavia burro dessa proposta, gerado e nutrido na abundante mitologia dos fins dos anos 60 e nos escolhidos sacerdotes do "cinema novo", termina por transformar aquilo que pretendia ser uma crítica profunda à política populista numa verbosidade de paróquia contra a política como um todo.

O filme não expõe outros caminhos políti-

cos que não os do populismo, no mesmo passo, não mostra a possibilidade construir um outro rumo, que não negue a política, mas denuncie aquela das classes dominantes. A partir daí as relações e a hierarquia do mundo da arte se subvertem: o que devia ser o particular, universaliza-se, ocupa todo o palco e determina a ação. O que sobra dessa subversão, trocada na incomoda linguagem do cotidiano, é tão somente a ideia - cara à direita - de que os políticos são safados

Lançamento dia 14 - Sindicato dos jornalistas (SP) - 20hs.



desonestos e que a política - toda ela - é suja.

Mas para Glauber, o ato político não só enlameia, também tiraniza, condenando uns à morte, outros à indignidade. Ve-se aí cristalizada sem rebuços a visão religiosa que a pequena burguesia tem da política; derivam-se as encruzilhadas, definidas sempre pelos seus horizontes de classe. Assim, trata-se de escolher entre o destino de Paulo, seu solitário martírio, forma exata e aspiração maior

da pequena burguesia heróica, ou então de comerciar a consciência (com sabedoria e discrição), retrato fiel da pusilanimidade da pequena burguesia pragmática.

Contudo se trata de indagar mais longe, onde o filme de Glauber não chega: de saber se os homens, na sua luta tensa e diária entre a fome, o pão, e o esforço de torná-lo comum e igual não se colocam mais que essa mesquinha opção entre o vender-se ou matar-se.

Sérgio Weigert

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes deem seus nomes e endereços completos.

LYSÂNEAS

“O que convém buscar é espaço para que as forças reais de oposição – e penso nos trabalhadores – consigam situar suas reivindicações de forma articulada e relevante. Além do mais, os trabalhadores não necessitam de considerações ‘carinhosas’ a respeito de sua luta”.

Lysâneas Maciel, eleito deputado federal pelo Rio em 1974 com cerca de cem mil votos e cassado em 1º de abril de 1976 pelo AI-5, está no Brasil desde 23 de junho. Nesta entrevista para *Em Tempo*, justificadamente cauteloso, ele discute os limites das reformas propostas pelo governo e o papel das forças mais consequentes dentro do MDB neste momento. Lysâneas, nestas duas semanas de viagem pelo país (além do Rio, esteve em São Paulo e em Brasília e, quando deu esta entrevista, estava de malas prontas para o Nordeste), tem se preocupado mais em ouvir do que falar. Isto, não em função de sua condição de cassado mas em respeito aos companheiros que o têm apoiado e visto nele, nos últimos anos, uma liderança consequente e extremamente combativa. Neste sentido, ouviu, no Rio e em São Paulo, além dos autênticos do MDB (particularmente Chico Pinto, outro deputado federal cassado), lideranças populares e operárias. Não tantas, admito, quantas gostaria. Incessantemente procurado por políticos, parlamentares, candidatos a candidaturas às eleições de novembro, estudantes e profissionais liberais, Lysâneas lamenta não estar conseguindo ouvir mais trabalhadores para, a partir de opiniões diversificadas e vindas de suas bases, ter definições mais precisas sobre algumas questões do momento político do país. Na ausência de definições mais coletivas, ele preferiu não responder a algumas questões – como a rearticulação partidária, a formação de um Partido Socialista, e uma saída estrutural para o país – formuladas por dois repórteres de *Em Tempo*, Marcelo Beraba e Tibério Canuto. As perguntas, a seu pedido, foram feitas por escrito, assim como suas respostas vieram escritas.

Lysâneas, você volta ao país num momento bastante rico e sua chegada coincide, por um lado, com a adesão do MDB, impulsionado pelos autênticos, à Frente

de Redemocratização; e, por outro, com o anúncio, por parte de Geisel, das reformas governamentais. Vamos começar pelo Governo: satisfazem as reformas anunciadas? O que elas significam, exatamente? É justo se supor que o governo está entregando o anel para não entregar o dedo? O regime ditatorial estaria vivendo seus últimos dias?

Não. As reformas não satisfazem. Em primeiro lugar porque foram apresentadas com as chamadas “salvaguardas” que representam a tentativa de mais um engodo. É a velha falácia da “liberdade desde que com responsabilidade” concedida aos filhos por pais autoritários. Na verdade, o governo – pressionado por diversos setores da opinião pública e por malogros administrativos que não podem mais ser escamoteados – está atendendo aos anseios da grande maioria dos brasileiros.

O povo está exigindo e, embora contrariados, o governo está tentando atender com o mínimo de prejuízo possível para sua imagem e para os grupos que o sustentam.

Quanto aos estertores do governo, convém não cair em euforia. As reformas mesmo são um campo para negociar e o governo pretende tirar disto os dividendos maiores que puder. A candidatura Figueiredo – e sua eventual posse – representaria em diversos níveis o alargamento do tempo para “arrumar a casa”. Em seis anos de pequenas concessões democráticas qualquer esquema seria aproveitado para que não haja um julgamento do golpe que, entre outras coisas, pretendeu regularizar e moralizar a casa.

Como você explicaria as fissuras, as dissidências cada vez mais frequentes dentro das próprias bases de sustentação do regime? Severo Gomes confessou, recentemente, que era necessário mudar o modelo econômico e político do país antes que a contestação generalizada ao regime e ao mo-

delo se transformasse em contestação ao próprio sistema capitalista. Isso não significaria que parcelas mais esclarecidas dos que dominam vêem a necessidade de mudar a forma de dominação para manter esta própria dominação?

Quanto a estas perguntas, gostaria de fazer um enfoque de caráter mais geral. Convém lembrar que as fissuras no regime não representam – pelo menos onde posso ver – fissuras no sistema. Convém aproveitar – a oposição – estas fissuras e tentar cavar ao máximo espaço político para conquistas maiores. As fissuras atingem hoje o próprio setor militar. Há descontentamento na caserna.

O que convém buscar é, repito,

espaço para que as forças reais de oposição – e penso nos trabalhadores – consigam situar suas reivindicações de forma articulada e relevante. Este, o enfoque principal.

Quanto ao MDB, como você vê a participação do Partido na Frente de Redemocratização? Quando você chegou, fez questão de ressaltar a importância de ouvir vários companheiros autênticos e melhor se informar para poder dar uma avaliação precisa sobre as saídas, hoje, para a oposição, ouvindo inclusive os trabalhadores que têm votado em você. Qual a tua avaliação, agora, desta Frente? E justo a oposição investir numa saída que sequer formulou um programa que contemple bandeiras mínimas de interes-

se dos trabalhadores? Não seria uma ilusão supor o fim do regime autoritário dentro dos próprios mecanismos impostos por este regime? Ou seja: o MDB não está entrando numa canoa furada e deixando de lado, mais uma vez, a luta dos trabalhadores?

Em relação ao MDB, já falei ao Pasquim, em Genebra: é preciso que se reforcem no partido de oposição as oposições mais avançadas e definidas que, na verdade, e a duras penas, foram sendo conquistadas no seu interior: mesmo que já se possa prever seu esfacelamento ou esvaziamento após as eleições, o momento tem que ser aproveitado.

Já ouvi vários companheiros do grupo autêntico, mas não ouvi ainda o suficiente dos trabalhadores que me apoiaram e daqueles que lutaram na semiclandestinidadade estes anos todos. Não os ouvi suficientemente.

Agora, em relação ao final da pergunta, o MDB reunia durante estes anos todos várias facções da oposição (incluindo pessoas que jamais foram oposição) de modo que não pode ser entendido como o partido dos trabalhadores. Isso nunca. O que se deve buscar tanto na Frente como no MDB é o instrumento possível para esta etapa que se nos apresenta no momento.

Além do mais, ao que parece, os trabalhadores não necessitam de considerações “carinhosas” e paternalistas a respeito de sua luta. Eles conhecem o MDB e estão cientes do que a Frente representa. De minha parte, tenho ficado impressionado com a lucidez daqueles trabalhadores com os quais tenho conversado. Se o MDB for uma jangada e não uma canoa furada que nos pode chegar a terreno mais firme para buscar posições mais representativas, parece que é o recurso que temos.

Você chega ao país num momento em que a classe operária, depois de dez anos, retoma, de

forma vitoriosa, suas lutas. Qual a avaliação que você faz destes acontecimentos? Como contemplar, num projeto político, os anseios destes setores, indo além do direito de greve, do direito por melhores salários e liberdade sindical? Enfim, como você vê a participação destas camadas no próprio mecanismo de poder.

Em parte isto já está respondido. Minha interpretação é que os trabalhadores vêm amadurecido de maneira nítida a sua luta. Sob o jugo do arrocho, sob o peleguismo e o policiamento dos sindicatos e sob todas as formas de repressão, o que vemos hoje é uma atuação inteligente e firme. Até o governo, que tem se caracterizado pela cegueira, tem que contar com estes dados.

Agora, de que forma vão os trabalhadores participar do poder, ainda não consigo fazer prognósticos (em geral são pretensivos e precipitados). A parte que nos compete é colaborar no sentido de se conseguir mais espaço.

Como foram os 14 meses de exílio? Como repercutiu, na comunidade de exilados, o momento político do Brasil?

Bem, em relação aos 14 meses de exílio a que se refere, creio que, em muitos sentidos, tive oportunidades privilegiadas. O trabalho no Concílio Mundial de Igrejas, em Genebra, relacionado com os problemas de energia no Terceiro Mundo, para permitir acompanhar experiências de enorme importância em diversas partes do mundo. Ao mesmo tempo mantive contato e assessoria com diversos projetos de natureza técnica na África e América Latina. Em geral, os exilados, alguns mais outros menos, estão esperançosos quanto ao momento. Aqueles com os quais convivi mais de perto consideram da maior importância um aprofundamento das análises de conjuntura para discernir melhor a respeito dos próximos passos.



“O PTB ressurgirá no seu devido tempo como expressão majoritária do nosso povo. O PTB sempre esteve ligado à vida sindical mas a sua prática do passado deve ser objeto de uma ampla e profunda revisão. Será necessário atualizar o PTB frente à nova realidade”

No decorrer da sua conferência para a imprensa internacional realizada em Lisboa, no dia 27, pouco antes de embarcar para Nova Iorque, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, respondeu algumas perguntas formuladas por *EM TEMPO* (abaixo).

Ao se despedir dos jornalistas, sorridente mas visivelmente tenso, sem a descontração habitual, Brizola deixou a nítida impressão que já começava a viver a ansiedade da volta. Ao viajar para Nova Iorque, depois de mais de um mês de longos papos com os exilados brasileiros em Lisboa, ele deverá avaliar se já estão dadas as condições políticas para uma volta imediata.

O papel que o ex-governador do Rio Grande do Sul poderia jogar desdobra-se em dois momentos. No imediato seria o de servir de reforço na luta e na pressão pela vitória dos pontos que ele considera *sine qua non* para a democratização: anistia geral e irrestrita; liberdade política e sindical; fim das leis e das estruturas especiais de repressão política e, em seguida, eleições para uma Constituinte livre e soberana.

Brizola está comprometido com a luta por estes pontos bem como com a denúncia do processo sucessório encarnado por Figueiredo.

Tem esperanças na Frente pela Redemocratização e inclina-se discretamente para a candidatura Euler Bentes, mas defende que a Frente não pode ser uma entidade de cúpula, formada por figuras, mas um movimento impulsionado pela base e claramente comprometido com um programa de democratização de acordo com os pontos acima citados. Esse movimento popular na base seria, na sua opinião, ao mesmo tempo a alavanca capaz de forçar a vitória e uma garantia contra eventuais transas dos altos funcionários com o esquema continuista.

O PTB em novas bases

A reorganização partidária também está na mira do herdeiro histórico do trabalho. É o primeiro a reconhecer porém que isso terá que ser em bases novas, superando muitas deformações e carências do velho PTB.

Está preocupado em unificar o projeto trabalhista com os projetos socialistas que se desenvolvem sobretudo em São Paulo. Considera que o PTB nunca teve força real em São Paulo e daquilo que teve, muito pouco se aproveitou. Seria necessária na sua opinião uma composição estreita com os socialistas de São Paulo, preferencialmente num só partido e se não for possível, numa aliança estreita.

Aliás esse ponto vem sendo objeto de grande insistência por parte do setor jovem de exilados que se aproxima do projeto de Brizola. Este setor considera muito importante a unidade num só partido achando que num PTB sem os socialistas de São Paulo, os círculos tradicionalmente mais à direita do trabalho teriam mais força do que o recomendável enquanto que um PS, solitário e separado, não teria a gravita-

ção nacional e a capacidade de captação popular necessária, podendo vir a sofrer uma dinâmica de grupuscularização.

Quanto ao ex-governador, considera-se historicamente ligado à sigla PTB, mas dentro de um partido renovado não teria dificuldades em aceitar o equilíbrio natural de forças a ser estabelecido com uma atenção especial para o caso de São Paulo.

No ponto considerado fulcral pela juventude trabalhista no exterior, a revisão total da prática passada do PTB no campo sindical, as identidades com Brizola são bastante estreitas na medida em que ele está disposto a defender a perspectiva da liberdade da construção liberdade sindical, da sua total independência com relação ao Estado, da necessidade da construção de um sindicalismo autêntico a partir da base, do acordo com o programa das Oposições Sindicais.

A questão da internacional socialista

Nas discussões em Lisboa, Brizola admitiu a justeza de duas críticas que lhe foram feitas relativas às suas primeiras declarações ao ser expulso do Uruguai. Dizem respeito à famosa alusão à social-democracia e a outra relativa à anistia recíproca.

No primeiro caso tratou-se de uma caracterização, para ouvidos norte-americanos, de como era o PTB de antes de 64. Na verdade o ex-governador não acredita nem defende a validade do modelo social-democrata europeu para o Brasil. Em termos ideológicos realmente seria difícil rotular o Brasil,

mas é evidente que estaria mais próximo da categoria de socialista, não menos vaga, diga-se de passagem.

Quanto à Internacional Socialista (I.S.) e os partidos europeus, a sua abordagem partiu de critérios essencialmente pragmáticos. Tratou-se de buscar junto a este espectro um apoio internacional necessário que não poderia ser conseguido noutros setores. Brizola passou a beneficiar-se de um estatuto de observador na I.S. o que não implica em nenhum compromisso ou, muito menos, subordinação.

Se da I.S. fazem parte pontos de lança do imperialismo como o SPD alemão (que também não é totalmente homogêneo, diga-se de passagem) e o Partido Trabalhista de Israel, bem como figuras lamentáveis como o presidente senegalês Leopold Senghor, existem partidos inequívocamente progressistas como o PASOK grego, de Andreas Papandeu, outros que apoiam muito as lutas libertação dos povos do Terceiro Mundo, como o Partido Social-Democrata sueco e, finalmente, outros que têm fortes correntes de esquerda, no seu interior, como o PS francês.

No papel de observador que seria, na opinião de Brizola, até onde poderia ir o PTB, encontramos forças dificilmente classificáveis de social-democratas como é o caso da Frente Polisário do Sahara Ocidental ou do movimento Peronista Montonero, da Argentina.

Ao avaliar o papel que poderia jogar, a médio prazo, o ex-governador gaúcho considera que poderia ser o de traço de união entre distintas correntes ideológicas e distintas gerações militares convergentes.

Neste sentido durante a sua última estadia de Lisboa impulsionou a for-

mação de uma Assembléia Trabalhista e Socialista. Uma espécie de foro aberto onde se reuniram brasileiros de distintas gerações e variadas origens ideológicas: trabalhistas, socialistas, cristãos e marxistas sem partido, que configurariam o leque ideológico de um novo PTB.

Tratou-se de uma experiência interessante pois começou-se a sentir um clima de “racha ao contrário”: parecia que todas aquelas pessoas, que, no passado sobretudo naqueles anos barra pesada, sofriam o impulso da atomização cada vez mais forte da esquerda brasileira, agora convergiam, desde os seus diferentes pontos de partida, para uma perspectiva, se não é idêntica, pelo menos é cada vez mais unitária. Vamos à entrevista.

Você pretende voltar em breve? Voltar é o que mais desejo. Aliás, eu já tinha decidido voltar quando da minha expulsão do Uruguai. Numa inspiração de momento foi que decidi tentar os Estados Unidos que foi o país que me concedeu visa, naquele momento, e depois Portugal que me ofereceu asilo.

Estou avaliando o momento mais adequado para voltar. Se verificar que o retorno é construtivo volto...

Mas vai ser preso... Não está no meu espírito voltar provocando, nem desejo que a minha volta sirva de pretexto para eventuais retrocessos. Mas não me importa ser preso. Se isso servir para o processo de redemocratização, criar uma situação de fato favorável à abertura plena e irrestrita volto.

Qual é a sua opinião sobre as “reformas”? Quando os regimes discricionários tomam medidas de abertura o fazem com muita publicidade. Na verdade é um procedimento do regime, frente às pressões da sociedade civil, que essencialmente da cobertura a um processo continuista. Gera uma grande suspeição com relação à lisura deste regime que lá está há 14 anos.

O que o regime quer é armar uma nova estrutura de poder com base no arbítrio. Querem escolher e empossar mais um presidente, fazer os novos governadores e aplicar as reformas em 1979 com um estado de direito restrito e um governo ilegítimo.

Como brasileiro lamento profundamente que os atuais detentores do poder não tenham conseguido entender a realidade do país...

Mas o ambiente encontra-se plenamente maduro para a total democratização. E a solução mais estável: democracia ampla, aberta, sem subterfúgios.

Estas medidas de reforma que li nos jornais – não conheço o texto completo – estão muito aquém do mínimo necessário. Seu único sentido é prolongar a agonia do regime discricionário.

Qual é então o mínimo necessário para a democratização? Não se pode conceber a sem uma Anistia ampla e irrestrita. Sem eleições livres e diretas precedidas da livre organização de partidos e sem o fim de toda essa complicadíssima ordem de

leis, atos institucionais e medidas autoritárias.

A solução mais correta, natural e verdadeira é a convocação de uma Constituinte depois do restabelecimento das liberdades e do fim do arbítrio.

Você se refere ao fim da legislação discricionária e das limitações às liberdades. O que fazer no entanto com o aparelho repressivo especial montado ao fio de todos esses anos para executar esta limitação das liberdades?

Para que possa existir um ambiente saudável, despoluído, verdadeiramente democrático ninguém mais pode ser espiado, nenhum jovem ou trabalhador deve ser motivo de fichários. O aparelho repressivo é um fator de envenenamento. Para que o nosso país possa se redemocratizar tem que se solucionar esta ordem de problemas.

Aliás, quando eu era governador do Rio Grande, providencie este tipo de coisa da seguinte maneira: logo que fui eleito fui pessoalmente à sede da Polícia Estadual, pegamos naquelas fichas todas e fizemos uma linda fogueira na rua.

E a Frente pela Redemocratização? A criação de uma frente de redemocratização unificando forças e tendências de oposição era algo previsível. Acho que todos que nos encontramos no exílio recebemos isso como um avanço, algo positivo. E uma solução alternativa com relação ao regime que chega ao fim e procura prolongar a sua agonia.

Qual é a sua posição sobre a candidatura Euler? Não conheço pessoalmente o general Euler. Tenho porém ouvido e lido as mais elogiosas referências ao general Euler, particularmente pela sua disposição atual de dar cobertura ao debate amplo pela restauração da democracia.

Como vê a questão dos novos partidos e, particularmente, a reorganização do PTB? O previsto nas reformas, com relação aos novos partidos é uma manobra. Criem uns corredores já preconcebidos e querem impor isso ao povo. Isto quando a maioria das figuras de maior representatividade está proscrita. Evidentemente nesta situação será muito difícil ao PTB se reorganizar.

Sou historicamente ligado ao PTB que é parte da memória nacional. Era o maior partido existente no país. PTB ressurgirá no seu devido tempo como expressão majoritária do nosso povo. Como expressão sobretudo destas enormes multidões marginalizadas pelo modelo econômico do regime. São mais de 80 milhões de brasileiros marginalizados, abandonados...

Qual é então o mínimo necessário para a democratização? Não se pode conceber a sem uma Anistia ampla e irrestrita. Sem eleições livres e diretas precedidas da livre organização de partidos e sem o fim de toda essa complicadíssima ordem de

BRIZOLA

As recentes greves do ABC mostram que estes trabalhadores marginalizados começam a se mover. Na sua opinião a política de um novo PTB com relação aos trabalhadores, particularmente no tocante ao problema sindical, pode ser a mesma do passado?

O movimento sindical brasileiro foi drasticamente reprimido e recém agora ressurge no país. Saudamos esses acontecimentos como algo de novo e muito significativo. Os problemas dos trabalhadores estão ausentes no conjunto das reformas; bem como as suas reivindicações.

O PTB sempre esteve ligado à vida sindical mas a sua prática do passado deve ser objeto de uma ampla e profunda revisão. Será necessário atualizar o PTB frente à nova realidade. Caberá não só superar as atuais restrições, impostas desde 64, mas também toda uma concepção e uma legislação que não corresponde às aspirações dos trabalhadores. É o caso do patrocínio do Mistério do Trabalho sobre os sindicatos e todas as limitações daí decorrentes.

É fundamental que haja plena liberdade sindical e plena representatividade sem nenhum tipo de restrição ou interferência.

Qual é o balanço que você faz dos contatos com os partidos socialistas e social-democratas europeus e com a Internacional Socialista?

Tenho procurado desenvolver uma compreensão internacional para os nossos problemas e sinto-me muito confortado com os resultados. A Internacional Socialista é uma espécie de fórum que comporta uma faixa muito ampla de tendências com partidos socialistas e social-democratas cujas concepções e posições são variadas. Em geral eu não me preocupo muito com esta questão do rótulo.

Um partido socialista ou mesmo social-democrata no Terceiro Mundo tem fatalmente características bastante específicas com relação aos partidos da Internacional na Europa. Temos a incidência de fatores que lá não ocorrem e interesses nossos que podem não ser os mesmos.

O PTB naqueles seus últimos anos da sua vida legal realmente poderia ter-se situado dentro desta faixa. Daqui para diante terá que fazer uma ampla revisão do seu programa e ajustar-se à realidade do país.

Mas você como se definiria? Sou trabalhista. Vejo as soluções dos nossos problemas numa perspectiva socializante adequada às suas particularidades e dentro da visão de que as transformações devem ser conseguidas e consolidadas dentro da liberdade e da democracia para que realmente possam vir a ser profundas e estáveis.

(Marcelo Dias, de Portugal)



EM TEMPO!